



**FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS**

EBAPE

Escola Brasileira de
Administração Pública
e de Empresas

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
MBA TURISMO, HOTELARIA E ENTRETENIMENTO
TURMA 2 2001/02 - RJ**

**IMPACTO SOCIAL DO TURISMO
OS IMPACTOS CAUSADOS PELA HOTELARIA NAS
COMUNIDADES LOCAIS
ESTUDO DE CASO:
COMPLEXO COSTA DO SAUÍPE**

Rosalina da Conceição Couto

**Monografia apresentada ao
Curso de MBA em Turismo,
Hotelaria e Entretenimento da
Fundação Getúlio Vargas**

Julho/2003

RESUMO

Este trabalho procurou analisar até que ponto o turismo pode ser um instrumento de desenvolvimento e valorização da pessoa humana, e como a hotelaria impacta a comunidade local. Para isso, foi feito um estudo de caso no Complexo Costa do Sauípe, empreendimento escolhido por sua magnitude e por ter sido implantado numa área de desenvolvimento precário.

Foi realizada uma pesquisa qualitativa na tentativa de perceber as expectativas e perspectivas da comunidade em relação ao empreendimento e investigar as condições de saúde, educação e trabalho da população local e assim averiguar se o empreendimento está promovendo o desenvolvimento sustentado da região: crescimento econômico, com equidade social e respeito ao meio ambiente. E dentro deste tripé, dimensionar os impactos sociais positivos e negativos causados pelo Complexo na comunidade local

O objetivo deste estudo é contribuir para que sejam tomadas outras iniciativas que resultem na criação de indicadores sociais que auxiliem na implementação de princípios éticos, dentro do conceito de responsabilidade social, na gestão empresarial da hotelaria.

Palavras-Chave: Indicadores Sociais; Responsabilidade Social; Desenvolvimento Sustentável.

AGRADECIMENTOS

Às Instituições e funcionários que me apoiaram na realização deste estudo:

**Fundação Garcia D'Ávila
Instituto de Hospitalidade
Praia do Forte Eco Resort
Secretaria de Cultura e Turismo da Bahia
SuperClubs
TVE/RJ**

Aos professores que me incentivaram e contribuíram para a realização deste trabalho:

**Francisca Oliveira
Luiz Gustavo Barbosa
Valeria de Souza**

Aos amigos de curso, de trabalho e particulares pela solidariedade, opiniões, sugestões e críticas.

À minha família pelo carinho e compreensão dispensados durante o período em que me dediquei a esta pesquisa

SUMÁRIO

Introdução	05
1. Metodologia Aplicada	09
2. Projeto Sauípe	24
2.1 Desenvolvimento da Costa dos Coqueiros	24
2.2 Complexo Costa do Sauípe	27
2.3 Licença, Contrato e Condicionantes para o Funcionamento do Complexo	30
2.4 Hiato da Administração Privada e Pública	34
3. O Empreendimento e a Comunidade	41
3.1 SuperClubs e o Compromisso com a Comunidade	41
3.2 Sofitel – Buscando Aproximação com a Comunidade	47
3.3 Marriott – Ainda Distante da Realidade Local	48
4. Características das Localidades Visitadas e os Impactos Sofridos	54
4.1 Sede de Mata-de-São-João	55
4.2 Praia do Forte	56
4.3 Imbassáí	58
4.4 Diogo	59
4.5 Vila Sauípe	61
4.6 Vila de Santo Antônio	64
4.7 Porto de Sauípe	66
5. Educação, Treinamento e Mão-de-Obra	71
5.1 Agentes Multiplicadores de Informação	81
6. Impactos Sociais	84
6.1 Impactos Sociais Positivos	84
6.2 Impactos Sociais Negativos	85
Conclusão	89
Anexos	
Bibliografia	

INTRODUÇÃO

O planejamento é fator importante para que toda e qualquer forma de desenvolvimento econômico possa atingir os objetivos, implícitos ou explícitos, que são as bases do desenvolvimento. O desenvolvimento turístico, por ser uma atividade multissetorial e por causar relevantes impactos ambientais, sociais e econômico requer um planejamento considerável para ser bem sucedido e sustentável. No entanto, o planejamento do desenvolvimento desta atividade exige a cooperação e coordenação entre os setores público e privado. (COOPER 2001)

A falta de parcerias dificulta os resultados esperados desta indústria: desenvolvimento econômico, com respeito ao meio ambiente e equidade social. Este estudo mostra que não basta somente planejar bem a implantação de um equipamento turístico, é necessário respeitar o planejamento e firmar parcerias para executar ações que evitem o surgimento dos problemas apontados. Faz necessário também, a implementação de ações afirmativas objetivando preparar a comunidade local para receber o empreendimento e capturar os benefícios gerados por ele. (COOPER 2001)

De acordo com os estudos preliminares para esta pesquisa, um dos problemas para implementação das referidas ações está na dificuldade em se encontrar dados confiáveis e coerentes que dimensionem os impactos sociais de grandes empreendimentos hoteleiros nas comunidades locais.

A responsabilidade social do turismo, no que tange as questões humanas, ainda é pouco estudada por isso esta pesquisa objetivou buscar uma reflexão sobre a necessidade de se criar indicadores sociais para mensurar o real impacto de um equipamento turístico numa comunidade.

Especificamente, como problema central deste trabalho, objetivou-se analisar até que ponto o turismo pode ser um instrumento de desenvolvimento e valorização da pessoa humana e como a hotelaria impacta a comunidade local. Para isso foi feito um estudo de caso no “Complexo Costa do Sauípe”.

Este empreendimento foi escolhido por sua magnitude e por ter sido implantado numa área de desenvolvimento precário, onde o turismo foi considerado a alternativa viável para o desenvolvimento regional.

Neste contexto, foi feita a tentativa de se utilizar alguns indicadores sociais como forma de mensurar os impactos sociais promovidos pelo empreendimento Costa do Sauípe. Como a prefeitura local não dispunha dos dados necessários para a utilização de indicadores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) nas áreas de saúde, educação e trabalho, foi realizada uma pesquisa qualitativa.

Através da utilização desta ferramenta, buscou-se perceber as expectativas e perspectivas da comunidade em relação ao empreendimento e investigar as condições de saúde, educação e trabalho da população local.

A relevância do estudo justifica-se pelo fato de o turismo ser considerado uma indústria “limpa”, capaz de crescer e se expandir de forma sustentada. Ou seja, promover o crescimento econômico com respeito ao meio-ambiente e equidade social. Dentro deste tripé, dimensionar os impactos sociais positivos e negativos causados por um equipamento turístico na comunidade local ajudará na adoção de ações afirmativas que resultem na promoção do bem estar social dos moradores da região conforme determina o conceito de desenvolvimento sustentável.

De forma mais ampla, o estudo irá contribuir para que sejam tomadas outras iniciativas que resultem na criação de indicadores sociais que auxiliem na implementação de princípios éticos, dentro do conceito de responsabilidade social, na gestão empresarial da hotelaria que possibilitem a construção de uma sociedade mais justa, já que demonstra que a comunidade local deve ser preparada para crescer junto com o empreendimento e que ignorar este fato é incoerente e prejudica os negócios.

No que se refere à metodologia da pesquisa, o estudo de caso caracterizou-se como uma pesquisa documental, bibliográfica e de campo.

Quanto à estrutura, a monografia apresenta seis capítulos, além da introdução e da conclusão, e está composta por duas partes.

Na primeira parte, em um capítulo, são apresentados a metodologia aplicada e o referencial teórico. Na segunda parte, procedemos ao estudo do Complexo Costa do Sauípe e os impactos causados nas comunidades de entorno.

No primeiro capítulo, denominado “Metodologia Aplicada”, efetuamos um levantamento bibliográfico a respeito de indicadores sociais, a partir da base conceitual que nos serviu de apoio para a escolha do método aplicado na pesquisa de campo. Analisamos conceitos de Cidadania, Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Social, a partir da visita a alguns autores que nos deu embasamento teórico para realizar o estudo de caso. Além de discutirmos a necessidade da criação de indicadores sociais para mensurar os impactos sociais do turismo como forma de possibilitar a gestão dos equipamentos turísticos dentro do conceito de responsabilidade social.

No segundo capítulo, chamado “Projeto Sauípe”, descrevemos o processo de desenvolvimento da região e como se deu a potencialização da vocação turística da Costa dos Coqueiros. Analisamos o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto do Meio Ambiente (EIA/RIMA), os contratos e condicionantes para o funcionamento do Complexo Costa do Sauípe. Além do hiato entre os poderes públicos e privados e os problemas decorrentes desta falta parceria.

No capítulo três, “O Empreendimento e a Comunidade” analisamos a relação dos Resorts, operados pelas redes internacionais Marriott, Accor e SuperClubs, com a comunidade local. Para a análise, observamos questões relativas a contratação de mão-de-obra e aproximação com a comunidade, através de desenvolvimento de projetos sociais e compra de produtos locais.

No capítulo quatro, descrevemos os lugarejos visitados e analisamos os benefícios adquiridos pela comunidade e os problemas gerados e/ou agravados com a implantação do Complexo Costa do Sauípe.

O capítulo cinco, “Educação, Treinamento e Mão de Obra”, traz um panorama das dificuldades da população em ter acesso à educação, mostra que os treinamentos oferecidos pelos hotéis geram benefícios para os funcionários, seus familiares e para os

empresários. As vantagens em se investir em educação e treinamentos estão exemplificadas nos casos do Praia do Forte Eco Resort e SuperClubs .

No sexto capítulo, “Impactos Sociais”, são apresentados os impactos sociais positivos e negativos constatados por este estudo nas comunidades de entorno.

Por fim, nas “Considerações Finais” procuramos discutir algumas considerações sobre o estudo e fazemos recomendações a respeito da importância da criação de indicadores sociais para mensurar os impactos sociais do turismo como forma de estimular a responsabilidade social dos empreendedores.

1.METODOLOGIA APLICADA

Para tentar avaliar os impactos sociais positivos e negativos do Complexo Costa do Sauípe nas comunidades de entorno, o método utilizado neste estudo foi o de estudo de caso.

O “Estudo de Caso” é somente uma das diversas maneiras de se fazer pesquisa em ciências sociais, e a necessidade de se utilizar esta estratégia de pesquisa deve nascer do desejo de entender um fenômeno social complexo.

A escolha da metodologia de estudo de caso para esta monografia também está amparada pelos argumentos propostos por Yin (2001) :

- ?? Explicar ligações causais em intervenções ou situações da vida real que são complexas demais para tratamento através de estratégias experimentais ou de levantamento de dados;
- ?? Descrever um contexto de vida real no qual uma intervenção ocorreu;
- ?? Explorar aquelas situações nas quais a intervenção não tem clareza no conjunto de resultados.

Ao adotar esta metodologia para construir uma teoria numa área em que existe pouca literatura disponível (YIN 2001), recorreremos ao modelo construído por Yin, que é composto pelos seguintes elementos: validação da construção; validação interna; validação externa e confiabilidade.

Validação da construção significa o estudo das condicionantes das licenças de implantação e de funcionamento concedidas ao empreendimento Costa do Sauípe e das ações adotadas para cumpri-las. Bem como a análise das políticas públicas aplicadas nas comunidades a partir da aprovação da implantação do projeto Costa do Sauípe.

A Validação Interna, segundo Yin (2001), não se aplica aos estudos descritivos ou exploratórios, que é o caso em questão.

A Validação Externa (YIN, 2001), consiste em saber se as descobertas de um estudo são generalizáveis a partir do estudo de caso imediato. No estudo em questão, a

resposta é afirmativa, já que tem como objetivo estimular outras iniciativas que resultem em instrumentos capazes de orientar as políticas públicas e privadas, para que elas possibilitem o desenvolvimento sustentável do turismo nas localidades em que se objetivem a implantação de grandes equipamentos turísticos.

Segundo Yin (2001), a confiabilidade é um instrumento necessário para minimizar os erros e visões tendenciosas de um estudo, tarefa que entendemos como cumprida, já que todos os procedimentos adotados neste caso foram documentados e estão disponíveis para eventuais consultas.

O tipo de pesquisa utilizada foi bibliográfica, documental e de campo.

Bibliográfica, foi realizado um estudo sistemático em livros, revistas, artigos, consultas pela internet e em outras fontes acessíveis ao público em geral, que tratam do tema estudado, objetivando compor o referencial da produção teórica.

Documental, pois analisou os documentos disponibilizados junto aos órgãos e instituições oficiais da prefeitura, do estado e de organismos não governamentais dos Municípios de Mata de São João, e da localidade de Porto de Sauípe em Entre Rios, Salvador/BA. Vale ressaltar que diversos documentos importantes solicitados para o aprofundamento deste estudo não foram disponibilizados.

Campo, para alcançar os objetivos deste estudo foram feitas entrevistas estruturadas para obter um resultado qualitativo (ANEXO I). Já a utilização de indicadores do Índice de desenvolvimento Humano (IDH), como estava previsto, não foi possível devido a falta de dados comparativos nas referidas prefeituras, que não dispõem de informações básicas como: quantidade de crianças nas escolas, idade média dos estudantes, frequência escolar, tempo de permanência na escola, taxa de evasão escolar, taxa de alfabetização de adultos, número de trabalhadores especializados e técnicos, taxa de desemprego, idade média dos trabalhadores, renda per capita, índice de mortalidade infantil, número de leitos hospitalares, doenças mais comuns, número de residência com energia elétrica e telefone, com esgotamento sanitário e água tratada, atendida pela coleta de lixo, meios de transporte existentes e facilidade de acessos a eles, acesso a cultura e ao lazer.

No estudo de campo foram ouvidas 418 pessoas, entre elas os principais atores: presidentes de Associações, representantes das Prefeituras, do Estado, de ONGs, empresários, artesãs, funcionários do Complexo e moradores das comunidades visitadas.

Este método foi adotado com o objetivo de fazer deste trabalho uma primeira iniciativa que impulse outras, na direção da criação de indicadores sociais que possam mensurar os impactos causados pela implantação de equipamentos hoteleiros nas comunidades locais .

Esta claro que este trabalho não tem a pretensão de criar indicadores para avaliar os impactos sociais do turismo, já que construção de indicadores faz parte de um processo político e social. A intenção é refletir sobre a questão e para isso, embora não tenha sido possível neste estudo, pode se utilizar o Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, que foca o bem-estar humano e não apenas as tendências econômicas. Este relatório combina, através do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), crescimento econômico com expectativa de vida, educação, capacidade de acesso aos bens para uma vida de qualidade.(UNDP)

Alguns pesquisadores criticam o IDH por usar os mesmo indicadores em diversos países que possuem realidades completamente diferentes para fazer um “*ranking*”. Em 1990, época em que saiu o primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano, Hebert de Souza, o Betinho (IBASE), escreveu um artigo apontando vários “déficits” na própria concepção de desenvolvimento humano. Ele chamou a atenção para a ausência de qualquer tratamento com relação ao poder das grandes empresas transnacionais. Principalmente daquelas que controlam o fluxo de alimento. Apesar das críticas, não podemos esquecer que o IDH tem indicadores confiáveis (de mensuração e comparabilidade) que legitima um contrapeso aos indicadores econômicos na elaboração do “*ranking*”.(ETHOS)

Vale ressaltar que os indicadores do IDH buscam o mínimo que uma pessoa necessita para viver dignamente para elaborar o referido “*ranking*”. O que não é o caso desta

pesquisa, já que objetivamos mensurar o nível de qualidade de vida e de satisfação da comunidade em questão.

Segundo Leonardo Boff, assegurar um nível de qualidade de vida satisfatório à pessoa humana é permitir-lhe o acesso a serviços básicos como: saúde, educação, saneamento básico e água potável, além de lhe dar condições de se alimentar três vezes ao dia. (BOFF, 1995)

A grande dificuldade não é fazer uma avaliação utilizando indicadores quantitativos, já que existem sofisticados esquemas para isso. De acordo com Lucia Pontes (OLIVEIRA & KLEINEKATHÖFER, 2001, p. 05) o maior problema encontra-se na avaliação qualitativa, ou seja, na construção de indicadores que verdadeiramente indiquem mudanças de conduta. A utilização dos indicadores quantitativos já existentes, como os do IDH e a criação de indicadores qualitativos, de acordo com a avaliação social desejada, pode proporcionar resultados confiáveis. A *Canadian International Development Agency* fez a seguinte definição de indicadores:

O indicador é uma referência. Pode ser uma medida, um número, um fato, uma opinião ou uma percepção que indica uma condição ou situação em um determinado período de tempo e permite aferir os resultados, por isso são indispensáveis ao trabalho de avaliação.” (OLIVEIRA & KLEINEKATHÖFER, 2001)

Numa referência aos indicadores qualitativos o Centro de Estatística Religiosa e Investigação Social (CERIS), fez a seguinte observação:

“Indicadores são referências selecionadas para diagnosticar uma determinada situação e, posteriormente, identificar as alterações ocorridas e com isso avaliar resultados e impactos de um trabalho. Podem ser medidas, números, fatos, opiniões ou percepções que indiquem uma condição ou situação específica.”. (IBASE)

Fazendo uma análise destes conceitos, percebe-se que a utilização de indicadores quantitativos, qualitativos ou mistos é uma escolha que deve ser feita de acordo com o projeto.

No caso deste estudo, o de avaliar os impactos de um empreendimento na comunidade local, acreditou-se que o misto era o mais apropriado e que deveria ser aplicado em forma de entrevistas estruturadas, sem questionário e/ou perguntas fechadas.(ANEXO I)

As perguntas foram feitas dentro de um mesmo quadro de referência para haver condição de comparabilidade de resposta. Segundo Michel Thiollent,

“...a pesquisa feita por questionário privilegia a passividade do indivíduo entrevistado e não capta suas expectativas. Ao contrario, tende a rebaixa-lo ao nível do senso comum ou da banalização própria à representação cotidiana ou familiar.” (THIOLLENT, 1987)

Como um dos objetivos deste estudo foi a busca das perspectivas e expectativas dos indivíduos, na tentativa de avaliar a sua relação com um empreendimento hoteleiro, o uso de questionários foi descartado.

Nas entrevistas realizadas procurou-se :

- Conhecer e ouvir os empregados dos empreendimentos (se pertencem a comunidade, se tem parentes trabalhando juntos, se participam, ou participaram, de programas de treinamento, se os treinamentos foram satisfatório, perceber o nível de satisfação pessoal de cada um com o trabalho e se repassam as informações recebidas sobre as questões de higiene e limpeza, para parentes e amigos)
- Ouvir os principais atores envolvidos (representantes de associações de moradores e comerciais, autoridades governamentais – prefeito e secretários) sobre o desenvolvimento econômico e social da comunidade.
- Conhecer e ouvir a comunidade: conversar com os moradores para conhecer o modo de vida da comunidade.
- Averiguar se houve mudança de comportamento em relação à higiene e limpeza entre os membros das famílias e amigos próximos de

funcionários que passaram pelos treinamentos oferecidos pelos Resorts e pelas instituições envolvidas (Instituto de Hospitalidade, Sebrae e Senac)

- Levantar se houve aumento da população através do processo imigratório.
- Averiguar o nível de envolvimento entre os turistas e a comunidade local.
- Levantar dados sobre o nível de desenvolvimento urbano: saneamento básico, coleta de lixo, abastecimento d'água, fornecimento de energia elétrica, transporte coletivo, saúde e educação, frequência e evasão escolar.

Para buscar representatividade foram entrevistados integrantes das diferentes classes sociais, existentes nas localidades visitadas, e os principais atores sociais. Foi verificada também a diferença na percepção e modo de vida dos moradores que residem mais próximo do empreendimento daqueles habitam mais distante. Bem como daqueles que estão ligados diretamente, através de vínculo empregatício de membros da família, e dos que não possuem ligação direta.

A intenção foi, através da pesquisa qualitativa, verificar, não só o nível de qualidade de vida da comunidade, mas também as dimensões de vida cotidiana: seus sonhos, sentimentos, aspirações e projetos, comportamento e a percepção da realidade e de si.

Não se pode negar os benefícios do turismo como gerador de empregos, divisas, etc. No entanto, os órgãos ligados ao turismo utilizam apenas indicadores econômicos para medir os seus impactos. Falta avaliar a dimensão social do desenvolvimento turístico como a distribuição de renda, educação, expectativa de vida e salubridade. (THEOBALD, 1998)

A organização internacional de solidariedade *Groupe Développement*, criada na França em 1973 com o apoio de empresários e funcionários de linhas aéreas com o objetivo inicial de auxiliar refugiados, têm tomado algumas iniciativas no campo do turismo.

Uma destas iniciativas é a proposta de uma lista de indicadores para avaliar projetos turísticos, criada pelo *Groupe Développement* e seus parceiros, disponibilizada às empresas interessadas como uma forma de contribuir para o desenvolvimento sustentado do turismo,

“Para assumir o desafio do turismo sustentável é necessário estabelecer uma ligação permanente entre as políticas públicas regionais e nacionais para o desenvolvimento do turismo sustentável e programas de investimentos privados. Este é o objetivo de estabelecer uma lista de indicadores para avaliar projetos turísticos tendo como base o desenvolvimento sustentável. O objetivo é, portanto, facilitar e dar maior praticidade à introdução do planejamento do turismo baseado no conceito de desenvolvimento sustentado”. (BARIOULET & VELLAS, 2000)

Dentro destes objetivos, o *Groupe Développement* selecionou três grupos de indicadores que, segundo a organização, procurou determinar um denominador comum simples que pudesse ser aplicado na maioria dos projetos turísticos: indicadores ambientais, sociais e econômicos.

Os Indicadores Sociais são compostos de cinco itens: indicador de pressão, da satisfação das populações locais, do impacto social, de segurança e de saúde pública.

I. Indicador de Pressão

A proposta é utilizar este indicador para medir e respeitar a capacidade de carga da localidade, possibilitando a avaliação do impacto do projeto turístico em relação a outras infraestruturas turísticas existentes e ao desejo das populações locais. A mensuração se daria através do levantamento do número de visitante em relação à população local por dia, mês, temporada e ano. Bem como o número de turista por metro quadrado de praia e por locais de atrações culturais e naturais.

II. Indicador das Satisfações das Populações Locais

Nesta questão é apresentado o seguinte objetivo:

“Os indicadores do grau de satisfação das populações locais devem permitir uma mensuração da aceitação do turismo pela comunidade”.(BARIOULET & VELLAS, 2000)

Nas considerações da relevância deste indicador é colocado que:

“Levar em conta a satisfação das populações locais é um dos principais objetivos do conceito de desenvolvimento sustentável. A importância da consideração dada às aspirações da população local está presente em todas as análises de turismo sustentado desde a conferência Rio-92, onde se chegou a seguinte definição: Desenvolver o turismo sustentado é estar em harmonia com a população, o meio ambiente e a cultura do lugar, sendo o seu desenvolvimento sempre para o benefício da população local e nunca para a sua degradação”.(BARIOULET & VELLAS, 2000)

E é feita a seguinte proposta;

“A mensuração da satisfação das populações locais pode ser determinada ou por pesquisas conduzidas através de questionários ou pelo uso de proporções representando esta satisfação”. (BARIOULET & VELLAS, 2000)

Na defesa do método de questionários, o *Groupe* afirma que:

“Questionários em forma de pesquisa são a melhor maneira de avaliar o grau de satisfação das populações locais. Estes questionários devem ser organizados na forma de ANTES/DEPOIS das pesquisas para que possa ser possível comparar os sentimentos da população quando o projeto está sendo implantado e depois do empreendimento estar em funcionamento”. (BARIOULET & VELLAS, 2000)

Embora o método seja colocado como sendo o mais viável, o texto não apresenta as questões que devem ser investigadas através dos questionários.

Quanto à utilização de proporções é feita a afirmação de que o nível de satisfação está diretamente ligado a utilização da infraestrutura do equipamento (hotel, restaurante, espaço de esporte, lazer e cultura) pela população local, bem como o seu acesso aos recursos naturais e ao percentual de cargos de chefia ocupado por moradores da região.

Ao avaliar o uso destes indicadores e os métodos de aplicação, o próprio *Groupe Développement* critica a utilização de questionários ao considerar que o método necessita de uma representatividade muito grande e por isso os gastos são altos. Quanto à utilização de Proporções, a crítica é que este método está baseado na hipótese de que a satisfação da população local está ligada ao grau de utilização das infraestruturas turísticas pelos moradores, o que seria uma visão muito simplista de uma questão tão relevante.

Como o próprio *Groupe Développement* ressalta, a satisfação das populações locais é um dos principais objetivos do conceito de desenvolvimento sustentável. No entanto este item pode ser melhor avaliado se for utilizado como parâmetro os benefícios gerados por um equipamento turístico para comunidade local. Se o empreendimento gerar emprego para a mão-de-obra local, utilizar de forma responsável os recursos naturais, respeitar e ajudar preservar a cultura local e contribuir para a melhoria das redes de educação, saúde, saneamento e transporte da localidade conseqüentemente vai estar elevando o nível de satisfação dos moradores em relação a ele.

III. Indicador do impacto social

Neste item o *Groupe Développement (GD)* faz as seguintes considerações:

“O impacto social é a questão mais importante para o turismo sustentável . A questão é avaliar até que ponto os projetos turísticos permitem o desenvolvimento das condições de vida das populações locais ou, ao contrário, até que ponto trazem conseqüências negativas para a comunidade(...). O impacto social deve permitir uma avaliação cuidadosa dos efeitos do desenvolvimento do turismo em geração de emprego, educação e igualdade sexual”. (BARIOULET & VELLAS, 2000)

Para fazer a avaliação do impacto social a proposta é utilizar indicadores de impactos e índices comparativos da população local, que são os seguintes:

- ?? Indicadores de Impacto
- Número de empregos criados

- Número de vagas sazonais
- Número de vagas fixas
- Número de vagas para mão de obra especializada
- Número de empregos para mulheres
- Número de vagas para mão de obra feminina especializada
- Percentual de meninos na escola em tempo integral
- Percentual de meninas na escola em tempo integral

?? Índices Comparativos da População Local

- Proporção entre o salário médio da mulher comparada ao salário médio do homem em ocupações não qualificadas.
- Proporção entre o salário médio da mulher comparada ao salário médio do homem em funções qualificadas
- Proporção entre os níveis de educação e treinamento para empregados do sexo feminino comparado com a média da população.
- Proporção entre os níveis de educação e treinamento para empregados do sexo masculino comparado com a média da população.
- Percentual dos empregos fixos criados em relação ao total de vagas.
- Percentual de vagas ocupadas pela população local em relação às ocupadas por imigrantes.

Embora os indicadores acima sejam importantes para mensurar os impactos sociais promovidos por um empreendimento turístico na comunidade local, é necessário observar que as questões de educação e treinamento são de absoluta relevância para a análise dos benefícios gerados por um equipamento turístico na região. E, por isso, devem ser mais aprofundadas levando em consideração o nível médio de escolaridade da população local, a quantidade de vagas disponíveis nas escolas da região, a facilidade de acesso a elas e a qualidade do ensino oferecido pela rede pública, bem como as alternativas existentes na rede privada.

Na proposta de avaliação dos indicadores sugeridos, o *Groupe Développement* considera que,

“os indicadores de impactos sociais devem mensurar a integração do projeto turístico com ambiente social e econômico. Para isto é importante selecionar percentuais que possam permitir uma mensuração cuidadosa da contribuição do projeto ao desenvolvimento dos níveis socioeconômicos e educacionais das populações locais”.(BARIOULET & VELLAS, 2000)

Como pode ser observado, não existe a proposta de um percentual que possa ser considerado satisfatório. De acordo com as experiências vividas durante a pesquisa de campo deste estudo, a questão de percentuais que legitimem os resultados de um levantamento deve ser avaliada pelo pesquisador de acordo com o caso estudado. Como as iniciativas nesta área ainda estão engatinhando é muito cedo para se definir quantidades ideais, principalmente no Brasil, onde temos que levar em conta as diferenças regionais no que tange às questões sociais, econômicas e culturais.

IV. Indicador de Segurança

A proposta de utilização deste indicador afirma que,

“A segurança constitui uma preocupação tanto para visitantes como para a população local. A sustentabilidade do desenvolvimento do turismo pode ser afetada pela baixa do nível de segurança provocada por rupturas causadas pelo modelo desenvolvido”.(BARIOULET & VELLAS, 2000)

Os objetivos dos indicadores de segurança consistem na avaliação das ameaças que podem ser trazidas pelo desenvolvimento e que afetam diretamente as populações.

A proposta de mensuração do impacto do turismo na segurança tem como base os indicadores criminais relacionados à população local e visitantes. Tais como aumento dos índices de roubos, assaltos, assassinatos, agressões físicas e verbais, discriminação racial e desrespeito à mulher envolvendo a população local e os índices dos mesmos crimes envolvendo visitantes.

Embora a questão da segurança seja fator de extrema importância, ela pode ser mensurada através da avaliação dos índices de criminalidade em geral existentes antes

e depois da implementação do turismo. Deve-se observar também se o aumento da criminalidade está relacionado com o processo migratório e com a falta de atendimento das demandas sociais geradas por ele.

V. Indicador de Saúde Pública

Avaliar as questões de saúde da população local e fator importante para mensurar os impactos sociais de um empreendimento mas, dentro da proposta do *Groupe Développement*, parece ser difícil obter dados comparativos do número de casos de doenças sexualmente transmissíveis tendo em vista a precariedade dos serviços prestados pela rede de saúde pública do nosso país nos pequenos municípios.

Nesta questão, avaliar o aumento da oferta de leito hospitalar, de médicos e enfermeiras por habitantes bem como a redução dos índices de mortalidade infantil e dos casos de doenças provocadas pela desnutrição, pela qualidade da água e pela falta de saneamento básico, pode ser uma boa ferramenta para mensurar o aumento da qualidade de vida da comunidade.

O importante nesta discussão é a busca por ferramentas que possibilitem uma observação clara dos benefícios gerados por um empreendimento para comunidade. A clareza disto pode direcionar as políticas públicas e a implantação de ações afirmativas por parte do empreendedor dentro do conceito de Responsabilidade Social. Vale ressaltar que este conceito passa a ser uma questão emergente para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

É necessário que haja uma revisão das relações econômicas, políticas e sociais historicamente construídas. Essas relações se objetivam em forma de pensar, agir, sentir e fazer dos grupos humanos. (ROUSSEAU, 1978)

Diante da realidade de uma grande parcela da população, que não têm acesso às condições básicas para a subsistência, as discussões sobre preservação do meio ambiente são completamente inócuas. Não se pode esperar que uma pessoa que tem uma luta diária contra a fome entenda a necessidade de se preservar este ou aquele eco-

sistema. A necessidade dela é preservar a sua própria existência, e a do seu grupo. (BOFF, 1995 & PENNA, 1999)

As lutas pela preservação da natureza têm de conjugar esforços pela preservação da integridade do homem. O acesso à alimentação, saúde, educação e moradia garante a dignidade da pessoa humana e constitui as bases para o exercício pleno da cidadania. Para desenvolver sustentavelmente uma sociedade faz-se necessário garantir, em primeiro lugar, o desenvolvimento dos grupos humanos. Assim será possível que a relação homem – natureza se torne harmoniosa e os conflitos, entre o progresso e a manutenção dos recursos naturais, sejam solucionados.

Para refletir sobre a responsabilidade social da hotelaria é necessário situar este conceito no contexto histórico que vem moldando o processo de sustentabilidade das empresas, no mundo e no Brasil. De acordo Barbieri (EAESP-FGV):

“...a preocupação em compreender o que significa responsabilidade social vem desde quando as empresas começaram a surgir no início da era moderna. Entendida como contrapartida pelos benefícios aos investidores, ela sempre foi usada para justificar a própria existência das corporações enquanto organizações produtivas. Diante do enorme poder que possuem nesses momentos, a filantropia que erguia catedrais e orfanatos já não é mais uma contrapartida satisfatória. O mesmo pode-se dizer de uma contrapartida que se resume em empregos e impostos pelo lucro auferido dentro da lei. A responsabilidade das empresas deve refletir o poder elas têm sobre as pessoas, comunidades e nações.”

Dentro desta análise, a responsabilidade de um empreendimento deve fazer parte de seus valores, da sua missão e de seus objetivos estratégicos. Esta nova visão social das empresas passou a ser mais claramente direcionada a partir da reunião da Cúpula da Terra, em 1992.

Na Rio-92, o setor produtivo, representado pelo empresário suíço Stephan Schmidheiny, lançou para o mundo a expressão “ecoeficiência”. Conceitualmente, pode ser definida como o mecanismo de “fornecer bens e serviços a preços competitivos, que satisfaçam às necessidades humanas e tragam qualidade de vida, ao mesmo tempo em que reduz,

progressivamente, o impacto ambiental” (AGENDA 21, 1992). Este mesmo empresário liderou a criação do *World Business Council for Sustainable Development (WBCSD)*.

Anos mais tarde, em 1998, na Holanda, surgiu uma nova perspectiva de Responsabilidade Social Corporativa: “o compromisso contínuo da empresa com o seu comportamento ético e com o desenvolvimento econômico, promovendo ao mesmo tempo a melhoria da qualidade de vida de seus empregados e de suas famílias, da comunidade local e da sociedade como um todo”. Conceito este incorporado pelo WBCSD.

O WBCSD transformou-se numa referência para dezenas de conselhos nacionais, que foram surgindo durante a década de 90, entre os quais o Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), criado em 1997 e desde então passou a representar um marco na mudança de rumo do setor produtivo brasileiro. Hoje, os conceitos de ecoeficiência e responsabilidade social devem estar integrados e precisam ser praticados com visão de mercado. Uma empresa que provocar desmatamento na área onde está instalada ou explorar mão-de-obra infantil terá problemas com a comunidade, com o Governo e com todo o conjunto da sociedade. E isso afastará os consumidores prejudicando os seus negócios. Num artigo sobre Responsabilidade Social no Brasil, o Instituto Ethos afirma que os empresários começaram a perceber que ecoeficiência e responsabilidade social significam benefícios econômicos e que a criação de normas e padrões certificáveis, relacionados especificamente com o tema, tais como as normas SA 8000 (relações de trabalho) e AA1000 (diálogo com partes interessadas), que vêm ganhando aceitação, demonstra a crescente adesão por parte do empresariado. (ETHOS)

A indústria turística também está inserida neste contexto. É notório o fato de que o perfil do turista mudou e o viajante não quer mais fazer um turismo contemplativo, apenas registrando as paisagens com suas câmeras. O turista de hoje quer ter experiências interativas, participar das atividades e rotina do lugar, como forma de se enriquecer com a cultura local. (PAIVA, 2001)

Por isso é importante que a hotelaria se preocupe com a comunidade de entorno e desenvolva uma política de responsabilidade social. Sabe-se que a implantação de um empreendimento altera as características da comunidade, promove uma mudança no mercado de trabalho, e a população residente movimenta-se de acordo com ela. A

adaptação às novas estruturas comerciais e turísticas atrai novos moradores, que vem em busca de oportunidade de trabalho, e cessa o êxodo da população nativa. Com o crescimento populacional, os problemas sociais tendem a crescer juntos. E se esses problemas não forem evitados e/ou solucionados há o risco de o tecido social necrosar, o que fatalmente afastará os visitantes. (GASTAL, 2002 & THEOBALD, 1998)

É importante o empreendedor estar atento aos prejuízos que a degradação socioambiental da região de entorno pode trazer considerando que uma das coisas mais importantes para o seu empreendimento é o local onde ele está instalado, já que não se pode simplesmente troca-lo de lugar.

Segundo Cooper (2001), o turismo é uma atividade de alta tecnologia e alto nível de envolvimento, no qual as pessoas fazem a diferença. Por isso, para manter a qualidade do destino turístico e a competitividade do empreendimento as questões relacionadas à educação devem ser revistas,

“Existe uma necessidade inquestionável de educação e treinamento na indústria do turismo e hospitalidade e a dependência do trabalho sem qualificação, com o aprendizado no emprego, é responsável por muitos produtos turísticos de baixa qualidade. Estas destinações não conseguem competir com outras destinações turísticas de alta qualidade que, em consequência, são capazes de cobrar preços mais altos e desfrutar da alta demanda por seus produtos.” (COOPER,2001)

2. PROJETO SAUÍPE

Para entender os impactos sociais causados pelo Complexo Costa do Sauípe é preciso, primeiro, entender as transformações que se iniciaram com o reflorestamento da região para suprir a demanda energética resultante, principalmente, da implantação do Centro Industrial de Aratu e do Pólo Petroquímico de Camaçari. Além da construção e expansão da Estrada do Coco.

2.1 Desenvolvimento da Costa dos Coqueiros

Segundo pesquisa realizada pelo Instituto de Hospitalidade denominada *Programa Costa dos Coqueiros – Desenvolvimento Sustentável*, a atividade reflorestadora iniciou-se através da aquisição de grandes e médias propriedades, que provocou

“...uma ruptura de vínculos tradicionais que permitiam o acesso a terra e a uma renda monetária para boa parte dos pequenos produtores, promovendo a sua saída das fazendas a que estavam ligados e redefinindo as relações de trabalho”¹

Num segundo momento,

“a necessidade de aquisição de terras para a ampliação das áreas reflorestadas atinge os minifúndios: pequenos proprietários são afastados de suas terras sob pressão das grandes empresas reflorestadoras através da desvalorização provocada pela proximidade com as florestas replantadas e também através de formas ilegais que desrespeitam a ocupação tradicional das áreas em questão”.

Assim, de acordo com os dados da pesquisa do Instituto de Hospitalidade, entre 1970 e 1980, o cenário regional se modifica e caminhos de terra e novas estradas dinamizam a comunicação intra e inter-regional criando uma mudança na base das relações produtivas locais. O Litoral Norte ganha visibilidade no Estado, mas as mudanças não conseguem incorporar a população ao movimento modernizador, já que negligenciou a pequena e média agricultura e desarticulou uma estrutura ocupacional existente. Os pequenos proprietários tornaram-se assalariados das empresas reflorestadoras mas os

¹ Referente à pesquisa *Programa Costa dos Coqueiros – Desenvolvimento Sustentável*, realizada pelo Instituto de Hospitalidade.

empregos criados não absorveram toda a mão-de-obra liberada, que passou a ocupar as periferias das pequenas cidades existentes na região e a depender do trabalho sazonal oferecido pelo limitado mercado de trabalho das empresas de reflorestamento.

Os impactos socioambientais provocados pela atividade reflorestadora mobilizaram diversos atores sociais interessados na ocupação e definição de investimentos para a região. Um grupo composto por ambientalistas, pescadores, profissionais liberais, pequenos e médios proprietários de terra e alguns grupos econômicos, entre eles a Federação das Indústrias da Bahia e a Construtora Norberto Odebrecht (proprietária de grande extensão de terras na região) se mobiliza para defender outras perspectivas de planejamento para o Litoral Norte : o turismo internacional de grande porte em oposição ao reflorestamento e produção de celulose. A partir de então, o Estado começa a investir em estudos governamentais para viabilizar o avanço do turismo no Litoral Norte. No final da década de 70, novos rumos são dados à atividade com a construção da BA – 099, conhecida como Estrada do Coco, que possibilita novos investimentos no setor turístico.

A vocação turística da localidade foi potencializada com a chegada do empresário paulista Klaus Peters, que comprou três fazendas de coco e começou a explorar o turismo na região usando como atrativo as riquezas naturais. Buscando preservar o meio ambiente e a cultura local, ele transformou a antiga vila de pescadores da Praia do Forte em um núcleo urbano de visitação com o cuidado de manter as características originais. No entanto, a construção do Eco Resort Praia do Forte trouxe ao convívio dos nativos uma gama de turistas nacionais e estrangeiros e isso influenciou o modo de vida da comunidade, que até então vivia à base de pesca e de atividades de subsistência.

Esta iniciativa despertou o interesse de investidores turísticos, que foram atraídos para a região ocupando, preferencialmente, os terrenos costeiros com empreendimentos de pequeno e médio porte. Fato este que agravou a questão da especulação imobiliária e as condições de vida de muitos nativos, que foram obrigados a deixar as suas posses:

“Diante da demanda de novos empreendimentos, empresas do ramo imobiliário, como a Barreto de Araujo, começaram a lotear áreas imensas, adquiridas por meio de compra dos títulos legais de propriedade, às vezes nas mãos de grileiros, e consolidando o

domínio da terra através da expulsão dos posseiros antigos, que geralmente eram indenizados pelo valor dos coqueiros plantados(...) os posseiros, muito pressionados com as imposições da empresa, saíram de suas terras por valores baixos. Tinham medo de perder tudo e nem mesmo ter o direito ao valor que a empresa determinava para cada coqueiro (...) muitos dos que foram ouvidos pelos pesquisadores questionaram o direito de propriedade da Barreto de Araújo ,pois essa empresa adquiriu as terras nas mãos de Manoel Serapião, que segundo relatos orais, nunca mostrava a escritura dos terrenos, mas sim um documento que comprovava a compra das terras.” (INSTITUTO DE HOSPITALIDADE)

Com a criação da Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte (APA/LN) em 1992, são definidos os usos e ocupação do solo nas áreas costeiras em sete municípios da região, entre eles Mata de São João e Entre Rios. Com a criação do PRODETUR –Programa de Desenvolvimento Turístico do Estado, elaborado pela BAHIATURSA, surge uma nova proposta de estratégia e desenvolvimento, através da ordenação do espaço turístico da Bahia, e são criados sete zonas turísticas para a expansão da atividade no estado, entre elas a Costa dos Coqueiros, onde são previstos grandes investimentos hoteleiros. Os novos empreendimentos passam a ser submetidos às exigências da Legislação Brasileira como os Estudos Preliminares de Impacto Ambiental e Relatórios de Impacto Ambiental

Em seguida à inclusão do Litoral Norte no PRODETUR , vem a construção da Linha Verde, que prolongou a Estrada do Coco por mais 142 km, e possibilitou o desenvolvimento turístico da Costa dos Coqueiros, tornando viável a comunicação entre os povoados, os municípios e a capital do estado. A Linha Verde imprimiu um novo ritmo na região. E a população, que vivia praticamente no isolamento, de repente, passou a conviver com a visita constante de turistas que representam uma sociedade moderna, muito distante da realidade local.

É neste cenário que se inicia a construção do Complexo do Sauípe.

2.2 Complexo Costa do Sauípe

A criação de um empreendimento turístico com a construção de hotéis, pousadas e parques temáticos na região é um projeto de antigo da Construtora Norberto Odebrecht S.A. e surgiu como uma alternativa ao modelo de desenvolvimento que estava sendo implantado na região. Segundo Roberto Dias, diretor da Construtora, desde o final de década de 70 a Odebrecht procurou incentivar grupos hoteleiros a investir no Litoral Norte colocando-se como uma empresa empreendedora, imagem que a construtora sempre buscou reforçar. Depois de contactar diversos grupos hoteleiros internacionais e realizar um estudo sobre a categoria dos hotéis ideal para a região, a Odebrecht, dona de uma grande extensão de terra, decidiu investir parte de recursos próprios para dar o ponta-pé inicial na implantação do projeto e buscou o financiamento necessário com a Previ, a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil.

Firmado o contrato, a Odebrecht iniciou os estudos de viabilidades. Como a implantação do projeto se daria dentro de uma Área de Proteção Ambiental (APA/LN) foram exigidos diversos estudos por parte do Centro de Recursos Ambientais (CRA) e Ibama. As exigências foram cumpridas e a empresa obteve a licença para localização através do Estudo de Impacto Ambiental e em seguida o Relatório de Impacto Ambiental permitiu o planejamento da implantação do Complexo.

Analisando o EIA/RIMA, feito pela Empresa de Consultoria e Planejamento Ambiental (Ecoplam), observa-se que os estudos resultaram na previsão de diversos problemas socioambientais constatados durante esta pesquisa. Alertando para as questões da utilização e manejo dos recursos naturais, consta do documento que :

“...O projeto estará sendo implantado em uma região onde os problemas sociais não diferem dos problemas nacionais, onde 24 milhões, dos 38 milhões de brasileiros que vivem no meio rural se abastecem em poços, rios, cacimbas, barreiros e/ou outras formas rudimentares de abastecimento de água. Desses 14 milhões se utilizam de fossas, “casinhas” no fundo do quintal e outros a céu aberto. Também é elevado o percentual de analfabetos e outros, que só sabem assinar o nome nas seções eleitorais(...) Tal quadro é perfeitamente coerente com a realidade constatada nos povoados situados na área de influência direta e indireta do projeto.” (EIA/RIMA, pág. 60)

“A incapacidade do Poder Público Federal de adotar a região rural do país da infraestrutura necessária, se repete a nível Estadual/ Municipal. A área de influência direta e indireta do projeto não possui os equipamentos necessários para atender as demandas sociais que giram em torno da saúde, habitação, saneamento básico, educação, transporte etc.,”. (EIA/RIMA, pág.61)

A explosão demográfica de Porto de Sauípe, ocasionada pelo grande número de operários que vieram de outras regiões para trabalhar na construção da Costa do Sauípe e fixaram residência na localidade, confirmada nesta pesquisa, também foi prevista:

“Antecedendo a chegada de turistas e visitantes acontecerá a chegada dos candidatos a operários. O recrutamento será realizado em princípio em Salvador e cidades circunvizinhas mediante anúncio público. A seleção e “fichamento” serão realizados no canteiro de obras. Este procedimento, temerário, de recrutamento e seleção produzirá efeito multiplicador negativo e em escala geométrica, pelo fato de proporcionar um vertiginoso super povoamento no entorno do canteiro de obras e da área como um todo. (...)Esta superpopulação gerará demandas insuportáveis, particularmente quanto a infraestrutura, que o município não terá condições de atender.” (EIA/RIMA pág,63 e 64))

A falta de estrutura e o abandono das comunidades locais também foram explicitados no documento:

“A situação do sistema de saúde, assim como do sistema educacional refletem o pouco interesse dedicado àquela comunidade. Inexistem médicos na região, no único Posto de Saúde da área de influencia direta, o médico frequenta o estabelecimento apenas alguns dias na semana. (...) a grande maioria da população sequer foi alfabetizada, assim não dispõe de emprego fixo, ou carteira assinada, como forma de lhes assegurar acesso aos benefícios sociais(...). A população dispõe de um atendimento precário para as suas necessidades básicas de saúde e educação. A falta de empregos formais e o despreparo para o “progresso” que se aproxima, deixa a comunidade autóctone em situação delicada. A situação somente não se agrava devido ao reduzido contingente populacional e a abundância de recursos naturais.”(EIA/RIMA ,pág,85)

Com o aumento da população a situação ficou ainda mais crítica.

E o documento faz mais um alerta:

“– *Impactos decorrentes do adensamento de pessoas no entorno da área do projeto:*

- ?? *Invasão de áreas de proteção rigorosa com a finalidade de fixação de residência ;*
- ?? *Geração de conflitos entre os migrantes e a comunidade local;*
- ?? *Rápido crescimento da criminalidade;*
- ?? *Pressão sobre os recursos naturais- aumento da cata em áreas de mangue acúmulo de lixo em áreas urbanas e de proteção rigorosa, aumento dos despejos de esgoto a céu aberto e nas áreas úmidas, rios e mar, intensificação do processo de contaminação dos lençóis freáticos devido à instalação de fossas próximas aos poços, a áreas úmidas ou de lençóis freáticos superficiais. Exploração predatória das florestas e animais silvestres;*
- ?? *Intensificação do processo de degradação da saúde da população e aumento da demanda por serviços médicos;*
- ?? *aumento da demanda por serviços escolares;*
- ?? *aumento da demanda por energia elétrica e eventual aumento do número de ligações irregulares na rede de distribuição (“gatos”);*
- ?? *choque de culturas e alteração dos valores da população local;*
- ?? *crescimento das redes de prostituição já existentes na área;*
- ?? *comprometimento da qualidade de vida da população local;*

(EIA/RIMA,pág 94 e 95)

Além do EIA/RIMA, que é uma exigência legal, quando iniciaram as obras de construção do Complexo, em 1996, a Fundação Odrebrecht, em parceria com a Fundação Banco do Brasil e apoio de outras entidades das áreas de educação, trabalho, cultura e turismo, criou o Instituto da Hospitalidade, uma Organização Não Governamental, privada sem fins lucrativos. O IH foi criado devido às necessidades de se levantar os recursos humanos e patrimônio cultural da Costa dos Coqueiros para iniciar um programa de capacitação e formação de mão-de-obra local a ser aproveitada no Complexo.

Para isso, o IH realizou uma grande pesquisa de mapeamento do perfil socioeconômico da região denominada “Programa Costa dos Coqueiros – Desenvolvimento Sustentável”. De posse dos primeiros resultados, o Instituto desenvolveu um programa

de treinamento em parceria com o Sebrae e Senac e iniciou alguns projetos, que serão melhor explicados no Capítulo cinco deste estudo.

2.3 Licença, Contrato e Condicionantes para o Funcionamento do Complexo

Segundo Cooper (2001), o planejamento de qualquer forma de desenvolvimento econômico deve ser feito de forma cuidadosa para que os objetivos propostos sejam atingidos, e estes cuidados devem ser maiores ainda no setor do turismo,

O desenvolvimento turístico, por ser uma atividade multissetorial e por trazer consigo os impactos ambientais, sociais e econômicos (...) requer um planejamento considerável para ser bem sucedido e sustentável. Afirmamos, também, que o desenvolvimento do turismo não será ideal se for deixado nas mãos de empresários do setor privado(...) por outro lado, se o desenvolvimento do turismo é dominado pelo setor público, provavelmente não se desenvolverá na taxa ideal(...). O planejamento do desenvolvimento do turismo exige cooperação e coordenação cuidadosas entre os setores públicos e privados.”(COOPER,2001)

Assim, a implantação de um empreendimento da magnitude do Complexo Costa do Sauípe, para ser bem sucedida, requer a referida parceria entre os setores públicos e os empreendedores. Parceria esta, que deve objetivar o desenvolvimento sustentável da região.

O Convênio de Cooperação entre a Prefeitura de Mata de São João e a Construtora Norberto Odebrecht (ANEXO II), constitui o estabelecimento de condições, administrativas e financeiras, para a implantação do complexo. No documento, onde foram definidas as concessões e isenções fiscais e a contrapartida do empreendedor, estão explicitadas algumas considerações e obrigações das partes.

O Convênio considera que,

“A necessidade de promover o desenvolvimento sócio-econômico da Região Litorânea do Município, a partir de investimentos privados (...) A implantação do Complexo Turístico de

Sauípe, pelo empreendedor, mola propulsora fundamental do desenvolvimento buscado pelos Governos Estadual e Municipal, na medida que aumentará a oferta de empregos e por conseguinte a renda e a qualidade de vida das populações do Município e da Região.”
(ANEXO II)

Das obrigações das partes fica determinado, entre outras coisas, o seguinte:

?? *PREFEITURA: Concede isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) incidente sobre as áreas não edificadas do Complexo, pelo prazo de 10 anos e a redução em 50% , durante o mesmo prazo, sobre as unidades que venham a ser edificadas. A prefeitura obriga-se também a estender os mesmos benefícios aos Parceiros Investidores do Complexo, pelo mesmo prazo, a partir do início da operação.(...) Concede também a isenção do Imposto Sobre Serviço ao Empreendedor e aos Parceiros e Investidores do Complexo pelo prazo de 10 anos contados a partir do início da operação e, ao termo final do prazo, fixar a alíquota do ISS de qualquer natureza em 1% (um por cento), para os serviços integrantes da operação do Complexo, pelos 10 anos seguintes. (ANEXO II)*

?? *EMPREENDEDOR: Disponibilizar áreas de sua propriedade para a implantação da infra-estrutura básica tidas como subestação e rede de energia elétrica, tratamento de água e esgoto, subestação e rede de telefonia. Com vistas a recompensar a prefeitura.(...) pelas ações adotadas em razão do presente Convênio de Cooperação (...) o Empreendedor se obriga a repassar recursos no valor de R\$1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais) (ANEXO II)*

Embora tenha recebido os recursos combinados, a Prefeitura entrou na Justiça para tentar anular a isenção do ISS do Complexo alegando que o empreendimento não está dando a contrapartida acordada. Estas contrapartidas seriam priorizar a contratação de mão de obra local e investir em projetos sociais.

Com o objetivo de aprofundar as questões sobre o cumprimento, ou não, das condicionantes de funcionamento do Complexo Costa do Sauípe, foram solicitados á Sauípe S.A e a Construtora Norberto Odebrecht os documentos referentes às licenças e aos contratos. A Odebrecht respondeu algumas questões via e-mail (ANEXO III) mas não permitiu o acesso aos documentos.

De acordo com a resposta do senhor Sergio Leão, responsável pelo Programa de Meio Ambiente da Construtora Norberto Odebrecht, o Conselho Estadual de Meio Ambiente – CEPRAM, concedeu a Licença de Implantação à construtora em 19 de dezembro de 1996, com 24 condicionantes que tratam de assuntos relacionados a obra e a de número 23 fazia seguinte determinação,

“o empreendedor deverá realizar a seleção dos funcionários em local distante do canteiro de obras, dos povoados e vilas da área do projeto - área de influência direta. De preferência nas sedes dos municípios da área de influência indireta, ou em Salvador. Esta medida deve ser amplamente divulgada no sentido de evitar a convergência da massa de desempregados existentes, no entorno desta área da APA do Litoral Norte.” (ANEXO III)

Segundo ele,

“Esta condição foi cumprida pela Construtora Norberto Odebrecht que estabeleceu três centros de contratação. Um em Salvador, onde o maior contingente foi contratado e dois outros, na sede de Mata de São João e na sede de Entre Rios. Estes dois centros mais próximos funcionaram para contratação das pessoas da região”. (ANEXO III)

Sergio Leão esclarece ainda, que a contratação posterior à fase de obras, para o funcionamento do Complexo, foi tratada na Licença de Operação de Sauípe, concedida em 19 de janeiro de 2001 através da Resolução do CEPRAM de nº. 2573. Este documento foi disponibilizado para esta pesquisa pela Sauípe S.A, (ANEXO IV) que nesta ocasião já administrava Complexo.

Na Licença de Operação (ANEXO IV) o CEPRAM estabeleceu 45 condicionantes. As de números 31 e 32 tratam justamente das questões sociais ligadas a mão de obra atraída pelo empreendimento e que não foi aproveitada,

XXXI- Apresentar propostas para a criação de projetos sociais mediante parceria com os órgãos públicos estadual e municipais para absorção do contingente de mão de obra

excedente que ocorreu às localidades no entorno do canteiro de obras, atraídos pelo empreendimento.

XXXII- Propor, no prazo de 60 (sessenta) dias, alternativas para viabilizar o remanejamento dos operários do empreendimento, por ocasião da desmobilização do canteiro de obra.

A referida Licença de Operação do Complexo Turístico Sauípe data de 19 de janeiro de 2001. Vale ressaltar, no entanto, que o Complexo teve a inauguração oficial em 20 de outubro de 2000. Ou seja, a Licença de Operação foi concedida pelo CEPRAM quase quatro meses depois de iniciadas as atividades.

Seis meses após a concessão da licença, o Centro de Recursos Ambientais –CRA, realizou uma inspeção para verificar se as condicionantes estavam sendo cumpridas. Como este documento não foi disponibilizado para análise, este estudo conta apenas com as informações fornecidas pela Construtora Norberto Odebrecht, via e-mail, onde constam que,

“No documento apresentado CNO-CRA-051/01 de 19/07/01, encaminhado ao CRA em 20/07/01 consta que os projetos sociais serão de responsabilidade da Sauípe S.A., e que a mesma está realizando um levantamento para identificação das demandas da comunidade”. (ANEXO III)

Segundo a resposta de Sergio Leão, o relatório de inspeção do CRA tratou dessa condicionante com a seguinte observação,

“Registram também, que a referida empresa está mantendo contato com a Prefeitura Municipal de Mata de São João para identificação das propostas do executivo para as comunidades do entorno do empreendimento, com vistas ao estabelecimento de prioridades para os projetos sociais a serem executados, que consensualizem os anseios da população com o executivo municipal”. (ANEXO III).

“Diante das observações em campo, merece considerar que:

?? os projetos sociais deverão ser elaborados participativamente, respeitando as contribuições dos diversos segmentos sociais;

?? o envolvimento efetivo da comunidade na execução dos projetos sociais, é fundamental na busca de alternativas para melhoria da qualidade de vida no contexto da cidadania;

?? a avaliação sistemática para acompanhamento em todas as fases de implantação e execução dos projetos sociais, deverá obedecer a um Cronograma de execução pré-estabelecido.

Desse modo, recomenda-se que os projetos sociais propostos obedçam a princípios sustentáveis, pautados nos valores sócio-econômicos, culturais e ambientais da comunidade, com vistas a propiciar integração entre os moradores do entorno com o empreendimento - funcionários e usuários.

Solicita-se que os projetos sociais quando elaborados sejam encaminhados ao CRA, bem como o envio semestral dos relatórios de execução, para acompanhamento pela equipe técnica do CRA” (ANEXO III)

Até abril de 2003, data em que terminaram as investigações e levantamentos de dados para esta pesquisa, não foram encontrados registros de que projetos sociais tenham sido encaminhados para o CRA e nem que a Sauípe S.A tenha sofrido qualquer sanção por causa disso.

Esta pesquisa constatou que algumas iniciativas estavam sendo tomadas com o objetivo de diminuir os passivos ambientais e sociais. Entre elas, o projeto de construção de uma usina de reciclagem e compactação de lixo, a ser implantada em Porto de Sauípe e gerida por uma cooperativa formada por moradores; apoio à formação de uma cooperativa de pequenos agricultores e a criação de um entreposto; implantação de cursos de alfabetização de adultos e de laboratórios de informática nas comunidades próximas.

2.4 Hiato da Administração Privada e Pública

Em uma época em que o conceito de parceria ocupa espaço em praticamente todas as discussões sobre sistema de gestão, a prática deste modelo ainda não está consolidada como deveria. Se a atuação em parceria é considerada importante para o sucesso administrativo nas mais diferentes escalas da sociedade (ETHOS) imagine na indústria

turística, que envolve e movimenta diversos setores importantes como: comércio, produção agrícola, meio ambiente, prestação de serviço etc. Uma cadeia desta abrangência tem de ser gerida numa parceria afinada para que governo, empresário e comunidade, possam obter os benefícios proporcionados por esta atividade.

A ausência de entendimento entre estes setores cria um vácuo enorme e traz prejuízos para todos. As conseqüências decorrentes desta falta de sintonia estão evidentes na Costa dos Coqueiros, onde a pouca articulação imobilizou as ações que deveriam evitar os problemas socioambientais da região, que não são assumidos por nenhum dos setores envolvidos.

Devido a referida dificuldade de entendimento, o caso chegou ao Ministério Público, onde foi aberto um processo de Termo de Ajuste de Conduta, com o objetivo de analisar as condicionantes e apurar as falhas e a falta de cumprimento de normas relacionadas ao meio ambiente.

A Prefeitura também entrou na Justiça para tentar anular a isenção do ISS do Complexo alegando que o empreendimento não está dando a contrapartida acordada. Como visto no capítulo anterior, consta que as condicionantes da Licença de Operação relativas a absorção da mão de obra local e investimentos em projetos sociais deveriam ser cumpridas pelos empresários desde a obtenção do referida licença.

O hiato entre as administrações pública e privada pode também ser ilustrado pelo caso da estrada que deverá ligar a Sede do município de Mata de São ao litoral. Embora o Complexo Costa do Sauípe esteja implantado no referido município, está muito distante da Sede. Não geograficamente, como mostra mapa (FIGURAS I E II), mas pela falta de acesso. Da Costa do Sauípe à Sede, gasta-se cerca de uma hora e 40 minutos. Isso porque, é necessário seguir em direção a Salvador e atravessar o município de Camaçari. Com a construção desta estrada o trajeto ficaria reduzido a cerca de 35 minutos, o que significa uma melhora na qualidade de vida dos funcionários além de uma economia para os empresários.

Considerando que diariamente saem cerca de sete ônibus do Complexo para levar e buscar funcionários em Mata de São João, percebe-se a importância desta via de acesso

FIGURA 1

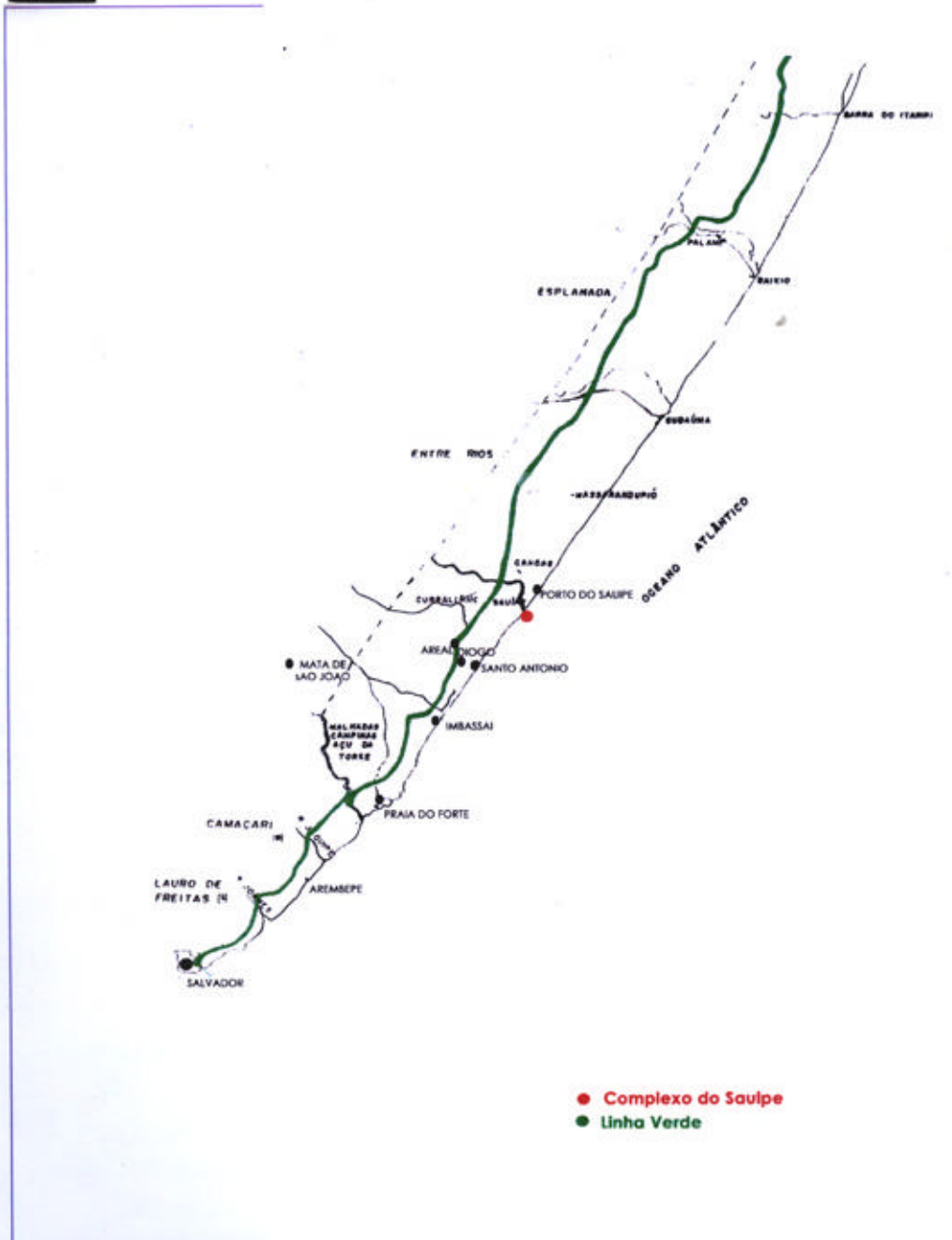
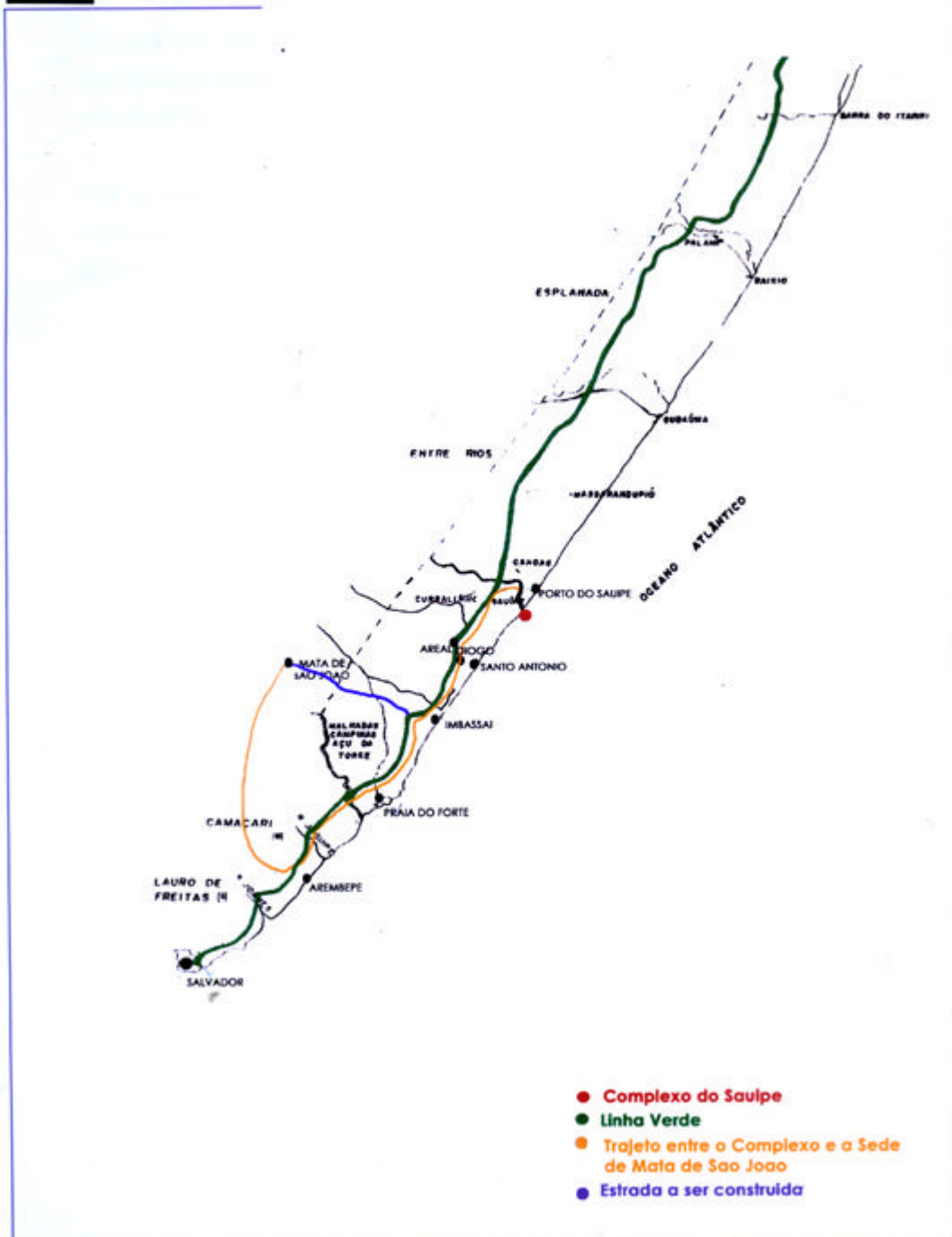


FIGURA 2



para o nível de qualidade de vida destes trabalhadores. Vale registrar que a estrada, que já está parcialmente aberta, é um projeto antigo da Prefeitura e é de extrema importância para o desenvolvimento das localidades mais afastadas do litoral e diretamente ligadas ao empreendimento.

Devido a relevância da questão, o assunto foi levado aos principais envolvidos.

No âmbito municipal, a secretária municipal de turismo, Leda Lessa, alegou que a Prefeitura não tem verba para a construção e que todas as tentativas de se fazer uma parceria com o estado foram fracassadas. A última tentativa frustrada foi a não inclusão desta estrada no documento preliminar do Programa de Desenvolvimento do Turismo-PRODETUR. Em relação a uma possível parceria com o setor privado a secretária considerou inviável, uma vez que eles não cumprem as condicionantes que motivaram a autorização para a implantação, a isenção do ISS e o incentivo fiscal, que proporcionou a redução de 50% no valor do IPTU.

Vale ressaltar que a não construção da estrada prejudica o cumprimento de uma das condicionantes: prioridade para contratação de mão-de-obra local e compra de insumos agrícolas produzidos na região, como forma de proporcionar o desenvolvimento local.

O Governo Estadual, representado pelo superintendente de Investimentos em Pólos Turísticos da Secretaria da Cultura e Turismo da Bahia, Érico Mendonça mostrou-se surpreso diante da afirmação de que a obra não constava do PEDITS. A explicação para tal fato foi dada por seus assessores que afirmaram que a construção da estrada não estava no projeto e que ela não era importante. Ao serem contestados sobre a relevância da referida estrada, mostraram-se completamente desinformados sobre a compra de produtos agrícolas e emprego de mão-de-obra provenientes da Sede de Mata de São João pelo Complexo, o que, aliás, como já foi dito aqui, faz parte de uma das condicionantes de funcionamento.

Depois de muita discussão, esclareceram que não houve solicitação para a construção da estrada por nenhum dos envolvidos e por isso a obra não estava prevista no PRODETUR. No entanto reiteraram que este caso poderia ser revertido, já que aquele documento não era definitivo e que estavam previstas novas reuniões.

Uma outra questão, colocada pelos assessores é que a abertura da estrada gerava o perigo de a comunidade de Mata de São João, e de outras localidades daquela região, invadir as praias do litoral.

Associação Comercial de Mata de São João, representada pelo senhor Dílson Ribeiro, se ressentia da dificuldade de acesso ao litoral. Segundo ele, para incrementar o comércio da localidade é necessário abrir a estrada, fator considerado como importante para o desenvolvimento da comunidade.

Diante dos problemas locais, como desemprego e os altos custos de transporte das mercadorias trazidas de outras regiões, os comerciantes estão tentando criar a Associação Cooperativa, Agrícola Mista, Comercial, Varejista e de Prestação de Serviços. O Objetivo é agrupar a Associação Comercial, o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, numa única entidade, para realizar compras em atacado para obter redução dos custos e geração de emprego e renda, Dílson Ribeiro justifica a iniciativa,

“Nós temos que nos organizar para tentar crescer, porque até agora não vimos benefícios nenhum com o turismo no litoral. Se a estrada já estivesse aberta, o turista ia poder vir visitar a gente, participar das festas, como a Lavagem do Bonfim, movimentar o comércio(...) mas que nada, Mata de São João está esquecida.”

Ainda no âmbito do setor privado, o SuperClubs, representado pelo diretor geral no Brasil, Xavier Venciana, e a Sauípe S.A representada pelo diretor Francisco Oliveira também foram ouvidos sobre o assunto.

Francisco Oliveira, declarou que não sabia da questão da estrada mas se mostrou interessado em buscar mais informações para se posicionar. Segundo ele, falta de diálogo entre os diversos setores têm dificultado uma série ações e gerado problemas diversos. Por isso, tomou providência de levar as discussões para o Ministério Público. O objetivo é que se definam as responsabilidades de cada um, principalmente no que

diz respeito ao sistema de tratamento de esgoto e a poluição do rio Sauípe, para que as pendências sejam resolvidas

Xavier Venciana ressalta que não adianta ficar buscando culpados e nem ficar esperando providências por parte da Prefeitura. A respeito da estrada, comentou o quanto é dispendioso para a empresa o transporte dos funcionários que moram na Sede de Mata de São João mas que procura vencer estas barreiras para cumprir o acordo com administração municipal. Xavier acredita que esta faltando vontade de fazer acontecer:

“Este impasse é ruim para todos. Não se pode ficar esperando as coisas acontecerem nem culpando a Prefeitura, a solução é sentar todos numa mesma mesa e cada um dizer como pode contribuir. Na questão de uma escola de ensino básico, por exemplo, se cada um se manifestar positivamente e dizer: eu dôo o terreno, você pode financiar a construção ? Ok. O outro: eu dôo os equipamentos. E você ? Eu contrato os professores. Pronto, esta resolvida a questão. Enquanto isso não ocorre, àquele que tem consciência do que é o turismo e está ciente de suas responsabilidades, vai fazendo a sua parte. Não é porque este ou aquele esta negligenciando, faltando com suas atribuições, que eu vou fazer o mesmo. Não! Vou tentar fazer a minha parte ,dentro da medida do possível, senão vira o caos.”

A chegada do sr Francisco Oliveira à direção da Sauípe S.A. está sendo vista como um fator importante para a promoção do diálogo e o estabelecimento de parcerias. Ele já iniciou uma aproximação com as comunidades de entorno e está buscando envolver os empresários nos projetos comunitários.

3. O EMPREENDIMENTO E A COMUNIDADE

A Costa do Sauípe ocupa uma área de 1 milhão e 720 mil m², com 141 mil m² construídos, no litoral norte da Bahia, a 76 km do Aeroporto Internacional de Salvador, percurso percorrido em aproximadamente uma hora.

As obras de construção do Complexo do Sauípe começaram em 19 de dezembro de 1996 com cerca de dois mil funcionários. A maioria dos trabalhadores veio de outras localidades, o aproveitamento da mão-de-obra local se deu apenas para as atividades que exigem menos preparo, tais como: capina e roçado, ajudante de pedreiro, etc. Durante os quase quatro anos de construção, as obras tiveram um pique de trabalho com cerca de cinco mil trabalhadores, que ficaram instalados nos alojamentos da obra, na vila dos funcionários e em pousadas e casas alugadas nas proximidades.

Numa extensão de 6 km de praia estão implantados cinco hotéis, operados por três redes internacionais; Marriott, Accor e SuperClubs, seis pousadas temáticas, num total de 1 617 unidades habitacionais, um centro comercial de entretenimento com seis bares, três restaurantes, trinta e três lojas, duas agências de turismo, um centro ecumênico, além de um campo de golf de padrões internacionais, um centro de tênis com 15 quadras de tênis, duas de squash – com ar condicionado e quatro quadras de paddle, um centro esportivo com quatro quadras poliesportivas e campo de futebol society, um centro equestre e uma lagoa para prática de esportes náuticos.

Conforme dados fornecidos pela Sauípe S.A. este empreendimento criou cerca dois mil postos de trabalho regulares e cerca trezentos sazonais. No entanto, a pesquisa constatou que houve muito pouco aproveitamento da mão de obra local e, mesmo assim, somente para os cargos mais baixos devido ao despreparo consequente do baixo índice de escolaridade.

3.1 SuperClubs e o Compromisso com a Comunidade

O hotel possui 24.600 m² de área construída, com 324 apartamentos/suites distribuídos em quatro torres, cinco restaurantes, cinco bares, uma boate, sala de ginástica, um Spa, um salão de conferência com capacidade para 360 pessoas. Além de piscina e uma

praça de eventos, onde são realizados Shows com bandas de sucesso, e uma loja de artigos diversos.

O quadro funcional do hotel conta com cerca de 350 colaboradores fixos e uma média de 30 temporários. Do total, cerca de 65% são da região e a maioria está trabalhando em hotelaria pela primeira vez. Todos foram treinados pelo Instituto da Hospitalidade em parceria com Sebrae e SuperClubs. Segundo a gerente de Recursos Humanos do hotel Emília Guerra, capacitar pessoas com o perfil dos membros da comunidade é uma tarefa árdua mas de retorno satisfatório:

“.. no que pese a falta de escolaridade e de experiência, trabalhar com as pessoas da comunidade e dar a oportunidade de crescer aos jovens é muito gratificante. É gratificante transformar mão-de-obra rudimentar em profissionais qualificados (...) vê-los crescer, observar a mudança de postura. Eles chegam totalmente perdidos, inseguros, envergonhados e vão se soltando aos poucos”.

Segundo ela, os treinamentos foram intensos porque o despreparo era muito grande. No início de 2003, o pessoal que tem a escolaridade mais baixa teve reforço nas disciplinas de português e matemática. A medida foi tomada para que estes funcionários pudessem ser certificados na pela Norma Internacional de Hotelaria de cada função (receptionista, garçom, barman, camareira, segurança, manutenção, etc).

Emília Guerra diz que os resultados foram surpreendentes, que o grupo aprendeu rápido e o aproveitamento ficou muito além das expectativas. Hoje a empresa tem 60% do quadro funcional certificado. Com isso o SuperClubs se tornou o primeiro hotel do Brasil a receber o Certificado de Segurança Alimentar da **International Food Safety Council**, motivo de orgulho para todos do hotel. Aliás, vale ressaltar que os certificados concedidos aos funcionários, após cada treinamento específico, são muito valorizados. Pois, além de representarem uma possibilidade real de promoção, já que todos os colaboradores são estimulados a participar de treinamento para outras funções, de acordo com suas competências e habilidades, são comprovantes de capacitação que criam chances reais de obtenção de emprego em outros empreendimentos.

Esta política, de oportunidade de primeiro emprego, de treinamento intensivo e certificação, reduz a insatisfação com os baixos salários, muitas vezes menores que os praticados pela hotelaria. Na empresa, o garçom, o ajudante, a camareira e o bar man, por exemplo, estão na mesma faixa salarial, algo em torno de um salário mínimo e meio. Um diferencial é o pagamento de um bônus de participação nos lucros da empresa. Este benefício, que é pago semestralmente, em igual valor a todos os funcionários, independente de sua função, significa um complemento salarial (valor do último bônus ficou em torno de 6,5 salários mínimos).

Emilia Guerra concorda que os salários são baixos e justifica esta distorção dizendo que o objetivo é desenvolver uma política salarial que possa manter todo o efetivo, evitando demissões na baixa temporada. No entanto, a troca de informação sobre faixa salarial ocorre dentro dos ônibus dos funcionários, que são utilizados também pelos funcionários do Marriott e do Sofitel. Estes dois últimos empreendimentos pagam bem mais e ainda permitem o recebimento de gorjeta, o que é proibido no SuperClubs.

Muitos dos atuais funcionários querem se aperfeiçoar mais para seguir carreira em outra empresa que pague melhor. Ao mesmo tempo, entre os mais humildes, que antes não tinham nada, existem aqueles que desejam seguir carreira no próprio hotel e listam as vantagens de se trabalhar no SuperClubs: trabalham mais à vontade, tem assistência médica e hospitalar, estão sempre sendo treinados e se tornando profissionais cada vez mais qualificados.

Como característica, o funcionário do SuperClubs trabalha como um ator, uma vez que a sua realidade é muito diferente da vivenciada no hotel. Tal fato se dá devido a sua condição socioeconômica, geralmente são pessoas que moram em casas muito pobres e em alguns casos em taperas de barro, algumas sem banheiro.

O gerente de Alimentos e Bebidas, Mauro Tostes, um carioca que está ocupando o cargo há nove meses, diz que o choque cultural é evidente e que o grupo ainda está muito despreparado por falta de escolaridade básica. Segundo ele, a falta de estudos dificulta o entendimento da complexidade do turismo e da hotelaria e faz com que a preparação ideal seja demorada:

“Acredito que daqui a uns cinco anos é que eles estarão mesmo bem treinados, conforme os padrões internacionais, é claro”.

Um outro cuidado necessário, segundo Mauro Tostes, é preparar bem aqueles que são promovidos a supervisores:

“Para eles é muito difícil passar a mandar nos amigos. Daí o cuidado especial no treinamento para que, já dentro da nova função, o funcionário saiba passar as informações, de forma delicada mas com a firmeza necessária, sempre dentro do espírito de colaboração e trabalho em grupo.”

Este é um dos motivos da preocupação que o SuperClubs tem em manter elevada a autoestima do grupo. Recentemente o hotel contratou um grupo de teatro de Salvador para dar um curso de postura e comportamento aos colaboradores. Eles são estimulados a falar dos seus desejos e sonhos e a partir dos resultados destas explanações, os treinadores iniciam o trabalho de linguagem corporal. O objetivo é fazer com que eles se sintam à vontade na hora de servir o cliente, que façam isso com técnica mas de forma descontraída, que compreendam as diferentes formas de abordagem aos clientes. Enfim, é passado o conceito de que hotelaria é um grande teatro, que servir bem é representar bem o papel seja na função de garçom, garçonete, barman, ajudante, etc.

A estratégia mostra sinais de sucesso, os colaboradores são super simpáticos, atendem de forma meiga e carinhosa. Claro que o sistema Super-Inclusive®, adotado pelo hotel, em que todos os alimentos e bebidas, além das atividades de esporte e lazer, estão incluídos na diária, faz com o clima entre funcionários e hóspedes seja bem mais descontraído que nos outros hotéis que trabalham com o sistema tradicional. No SuperClubs não há o estresse por parte do hóspede, de controlar o valor da conta, e nem a preocupação dos funcionários com a assinatura de notas.

Um fato observado na rotina do hotel é que nos setores de governança e alimentos e bebidas, onde está empregada a maioria da mão-de-obra local, existem falhas na qualidade do serviço prestado. São falhas primárias tais como, falta de guardanapo na mesa, talheres incompletos, demora em servir bebida no restaurante de sistema *self-service*, a não reposição de produtos de higiene nos apartamentos. Embora isso ocorra,

os hóspedes não reclamam da qualidade do atendimento. Segundo declaração de alguns clientes, estas falhas são compensadas pelo jeito meigo e simples dos colaboradores.

O SuperClubs tenta reparar estas falhas através dos treinamentos constantes, o que é muito bem recebido pelo grupo. Dos 94 funcionários ouvidos durante esta pesquisa, todos elogiaram os treinamentos recebidos e se mostraram orgulhosos de possuírem um Certificado de Treinamento. Alguns se ressentem da falta de cursos de inglês e espanhol dentro do hotel e estão tentando fazer em seus horários de folga. Mas, devido à carga horária puxada, sobra muito pouco tempo para estudar. Eles trabalham oito horas por dia e os ônibus chegam meia hora antes e saem meia hora depois dos turnos, o que faz com que eles fiquem no mínimo nove horas dentro do Complexo e, dependendo de onde mora, o trajeto demora cerca de uma hora e quarenta minutos. Vale registrar que a empresa estimula o aprendizado de línguas estrangeiras em cursos externos reembolsando 50% do valor das mensalidades.

Nos primeiros treinamentos estava incluído o curso de inglês mas segundo Emília Guerra, o aproveitamento foi muito pequeno. O motivo teria sido o grande volume de informação e o pouco tempo que eles dispunham para estudar. Xavier Venciana afirmou que a empresa está analisando uma forma de voltar a oferecer estes cursos. Mas, segundo ele, o ideal é que isso ocorra quando houver um fluxo maior de turistas ingleses ou americanos, para que eles tenham a oportunidade de praticar e assim aprender mais.

O diretor geral do SuperClubs no Brasil explica que a filosofia da empresa é focada para o crescimento do empreendimento junto com o da região. Por isso há todo um esforço para cumprir os acordos firmados entre o empreendimento e a prefeitura. Para isso foi realizada uma reunião com representantes do poder municipal, onde se discutiu formas de viabilizar a parceria. No caso das contratações foram encontrados diversos empecilhos, entre eles a dificuldade de comunicação (muitos só dispunham de telefones públicos para recados) e a falta de documentos. Barreiras vencidas devido à persistência da equipe de RH.

Além de priorizar a contratação de mão-de-obra local, o SuperClubs é o único hotel do Complexo que compra produtos agrícolas cultivados na Sede do município. Há também uma política de aproximação com a comunidade. Todas às sextas feiras acontece a

“Noite Baiana“, dia em que os artesãos são convidados a participar vendendo seus artigos numa feira montada dentro do hotel. O próprio Xavier convidou as artesãs a conhecerem as suítes para que pudessem criar objetos para compor a decoração. O resultado foi a criação de porta-lenços e suportes, feitos em junco, hoje encontrados em todos os quartos. Motivo de orgulho para aquelas mulheres simples.

No mês de junho acontece o “São João da Aproximação”, uma Festa Junina realizada dentro do hotel, com quadrilhas e barraquinhas de comidas típicas da região servidas por membros da comunidade. Os alimentos, oferecidos nas barraquinhas, são preparados a partir de receitas trazidas por líderes da comunidade, que recebem orientação de segurança alimentar e são convidados a acompanhar, junto com uma nutricionista do hotel, a preparação da comida. Considerando que a maioria é analfabeta, ou apenas semi-alfabetizada, e que tem dificuldade de acesso à informação, esta é uma chance de obter noções básicas de segurança alimentar.

Uma outra iniciativa é convidar as crianças das escolas municipais para passar uma tarde no hotel. Nestas visitas, colaboradores dão depoimentos sobre cada função. A intenção, de acordo com Emilia Guerra, é dar uma visão de futuro melhor às crianças e despertá-las para a importância da educação, do turismo e do meio ambiente. E ela faz a seguinte observação,

“O objetivo é fazer com que a comunidade se sinta parte do hotel. Nós temos muito cuidado e carinho nesta aproximação, por que queremos despertar nos moradores da região o orgulho ter o Complexo do Sauípe, de ser um destino turístico internacional. Mostrar que eles são parte do atrativo, que não estão marginalizados. Para isso estamos sempre buscando novas formas de participação dos moradores para contribuir, de alguma forma, com o crescimento deles.”

A valorização da cultura local é percebida nos uniformes e na comida. É forte a presença da culinária regional no café da manhã, em que são servidos sucos, bolos e doces típicos. No jantar tem sempre algum prato específico. O ar de baianidade é reforçado pelos uniformes: os garçons usam camisas com motivos tropicais e as garçonetes vestidos em estilo afro, longos e confortáveis.

Emilia Guerra explica que tem tentado levar a filosofia do SuperClubs,

“política de Recursos Humanos de longo prazo com o verdadeiro entendimento do papel da empresa no contexto social”,

para os outros hotéis do Complexo, que no início mostravam um certo descrédito mas que hoje já dão alguns sinais de aceitação. Estes sinais podem ser entendidos através de algumas iniciativas tomadas pelo Marriott e pelo Sofitel.

3.2 Sofitel – Buscando Aproximação com a Comunidade

A rede francesa Accor opera dois hotéis no Complexo, o Sofitel Costa do Sauípe e o Sofitel Suítes Costa do Sauípe. Este possui 198 suítes, sendo duas duplas, dois restaurantes, centro de convenções para 176 pessoas, bar, salão de jogos, piscinas e fitness center. Aquele dispõe de 404 aptos, centro de convenções para 1750 pessoas, dois restaurantes, dois bares, complexo aquático com 05 piscinas e fitness center. Os dois hotéis contam com um quadro funcional de 520 colaboradores, dos quais menos de 30% são da região.

Stela Maris Cavalcante de Brito, gerente de Recursos Humanos do hotel explica que rede Accor tem cultura própria e os treinamentos são feitos de acordo com as técnicas da rede, que exige um certo nível de conhecimento,

“A escolaridade na região é muito baixa, é difícil aproveitar a mão-de-obra local. No início nós tentamos e fizemos muitas contratações, mas muitos não se adaptaram e tivemos que buscar mão-de-obra em Salvador. Aproveitamos o que podíamos (...) é necessário uma escola técnica para formar mão-de-obra local. O nosso cliente é exigente, temos que oferecer um serviço qualificado.”

Segundo Stela Maris é muito dispendioso o transporte diário dos funcionários de Salvador, por isso o hotel estimula a mudança deles para as comunidades próximas .

O Sofitel trabalha com um quadro enxuto, para atender a uma taxa de ocupação de 40%, quando ultrapassa deste percentual é feita a contratação de mão de obra temporária,

através de uma empresa particular. A seleção e treinamento são feitos pelo hotel, que já possui um cadastro de pessoas bem treinadas que são buscadas de acordo com a necessidade do momento.

A aproximação com a comunidade começou em outubro do ano passado, quando foi definido o tema do reveillon “Mágica Bahia”. Os contatos começaram com a procura de grupos de dança típicas, de folclore, de capoeira e de outros atrativos que pudessem ser aproveitados na festa de final de ano. Isso proporcionou um envolvimento maior e possibilitou conhecer a carência da comunidade. O contato com a realidade local incentivou algumas iniciativas de aproximação. Uma equipe de Porto Sauípe foi convidada a tocar berimbau e a ensinar a arte aos turistas. O grupo passou uma semana no hotel, mostrando todo o processo de confecção e manuseio dos instrumentos, que foi tema de uma exposição sobre o seu histórico.

Este evento despertou o interesse dos clientes e causou um grande impacto positivo. O sucesso motivou outras iniciativas de interação, um grupo de artesãs foi convidado a ensinar a arte da trança e vender os seus produtos aos hóspedes. E desde de o início de março está sendo realizada uma Feira Cultural, duas vezes por mês, onde é montada uma barraca de venda de artesanatos locais. Stela Maris reconhece que as ações ainda são muito tímidas diante da realidade local mas considera que é um bom começo.

Ela esclarece que o Sofitel está analisando formas de colaborar com alguns projetos sociais da comunidade, como a escola “Meninos do Porto“ e a usina de reciclagem e compactação de lixo. Um outro sinal de que estão despertando para a importância de levar a cultura regional para dentro dos resorts é que há cerca de dois meses as garçonetes estão usando roupas típicas de baiana no lugar do uniforme padrão da empresa.

3.3 Marriott –Ainda Distante da Realidade Local

A rede Americana Marriott opera dois hotéis o Marriott Resort & Spa e o Renaissance, que juntos possuem 492 quartos, sendo 17 suítes, três restaurantes, quatro bares, dois centros de convenções com capacidade para um total de 1320 pessoas, spa com terapias alternativas e piscinas.

A exemplo do Sofitel, esta operadora também trabalha com um quadro enxuto. Emprega 383 funcionários para atender aos dois hotéis numa taxa de ocupação de 40 %. Quando aumenta o número de clientes lança mão de mão-de-obra temporária.

Segundo a gerente de RH, Rosana Okamoto, cerca de 39% dos associados (forma como são chamados os empregados) são das comunidades de entorno e ocupam cargos variados, que vão desde gerentes e supervisores até funcionários operacionais. Sobre a questão do treinamento ela afirmou,

“Todos foram treinados pela própria companhia, que possui uma estrutura de treinamento muito forte. Eu diria que cerca de 60% deste pessoal não tinha nenhuma experiência e nível de escolaridade baixo. Isso elevou os custos do treinamento.”

Os que prestam serviço ao Marriot, através de duas empresas de recursos humanos, passaram por treinamento na própria instituição e formam um exército de reserva a espera de efetivação.

Apesar da afirmação de Rosana Okamoto quanto ao percentual de funcionários pertencentes à comunidade, foi observado durante esta pesquisa que a maioria mora em Salvador e os poucos que vivem na comunidade migraram por conta do emprego. Ou seja, é muito pequeno o aproveitamento da mão-de-obra local.

Quanto as questão de envolvimento com a comunidade, a empresa ainda está muito tímida. Existe somente um projeto, denominado de “Espírito de Servir a Comunidade”, que segundo Rosana Okamoto tem o objetivo de prestar alguns serviços a comunidade local com o envolvimento de todo o quadro funcional,

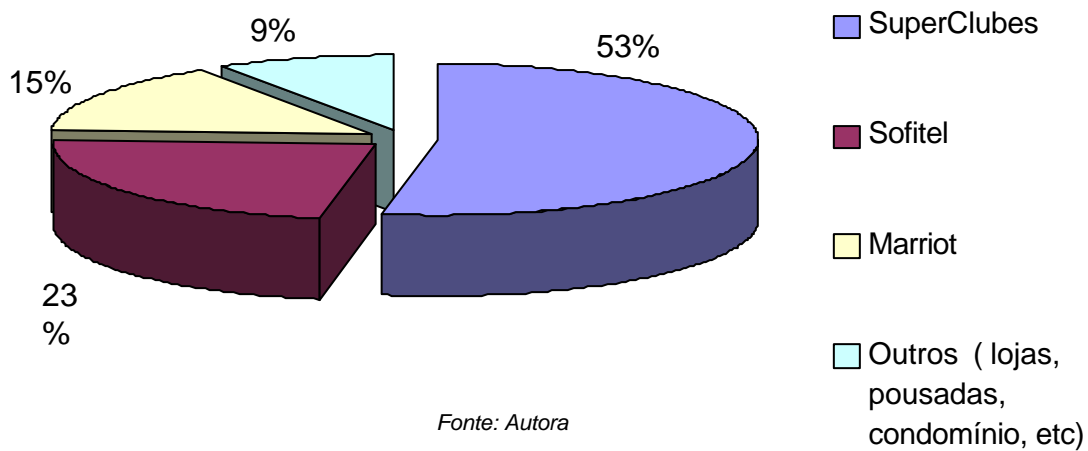
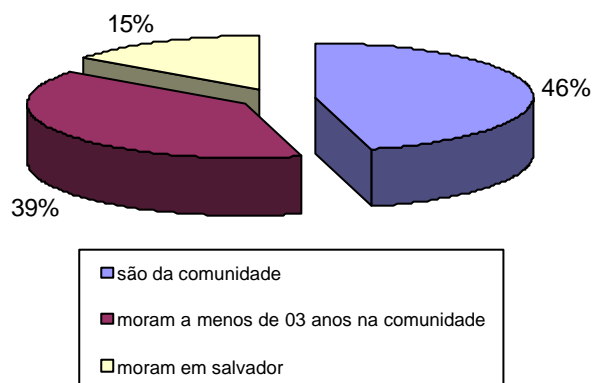
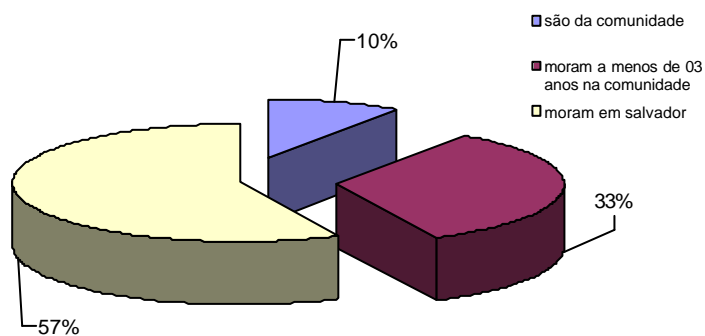
“A idéia não é arrecadar dinheiro e sim prestar serviços a comunidade. Um exemplo foi a reforma que fizemos na escola municipal de Porto de Sauipe. Levamos muitos associados que participaram voluntariamente, ajudando pintar, varrer, limpar consertar etc. Outros exemplos são doações de roupas, brinquedos e livros”.

Dentro dos hotéis a única referência à cultura regional encontrada foi algumas funcionárias vestidas de baianas típicas, com trajes bastante luxuosos. Estes novos trajes foram implantados no final dezembro de 2002, segundo Rosana, a pedido das próprias associadas. Alguns outros funcionários usam uniformes floridos desde de inauguração do hotel.

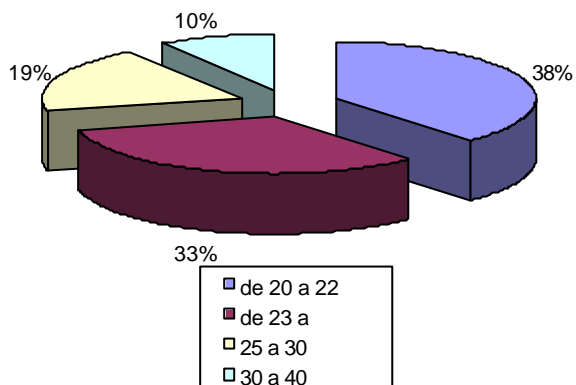
Nesta pesquisa foram ouvidos 178 funcionários, deste 94 trabalham no SuperClubs e 84 são do Marriott, do Sofitel e do condomínio e de outros estabelecimentos de dentro do Complexo (GRÁFICO I). Tal fato ocorreu porque o foco da pesquisa está relacionado à comunidade e o SuperClubs é o maior empregador da mão-de-obra local. Vale explicar que a maioria das entrevistas ocorreu dentro dos ônibus que transportam os empregados do Complexo. Como procurou-se otimizar o tempo durante a pesquisa de campo, as visitas às comunidades foram feitas através de caronas nestes coletivos. A utilização deste meio de transporte possibilitou um contato maior com os funcionários que moram na região de entorno. Como os ônibus que fazem o trajeto Costa do Sauípe –Salvador seguem um roteiro que passa em diversas comunidades, foi possível ter contato também com aqueles que moram na capital.

Fazendo uma análise dos gráficos 2 e 3, observa-se que o SuperClubs é o empreendimento que dá maior prioridade a contratação de membros da comunidade, mas que isso não significa que a mão-de-obra nativa esteja sendo aproveitada. Muitos dos funcionários migraram para a região para serem contratados.

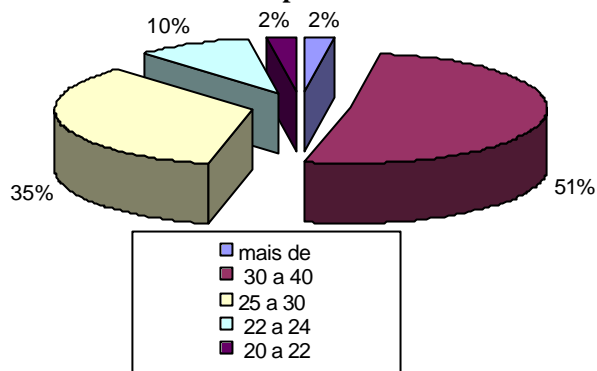
O fato é que se espalhou a notícia de que os hotéis estavam priorizando a contratação de moradores locais e que a seleção do SuperClubs tinha o rígido critério de endereço: a preferência era para os nativos da Sede de Mata de São João. Muitos dos que se fixaram na região para ter a oportunidade de trabalhar foram para casa de parentes. Mas a maioria alugou um imóvel, em parceria com amigos, quarto ou vaga em residências. Há também aqueles mantêm duas moradias, o endereço oficial na comunidade funciona como dormitório. A estrutura de vida está mesmo em Salvador.

GRÁFICO 1**Funcionários Entrevistados****GRÁFICO 2****Origem dos Funcionários do SuperClubs****GRÁFICO 3****Origem dos Funcionários das Outras Empresas**

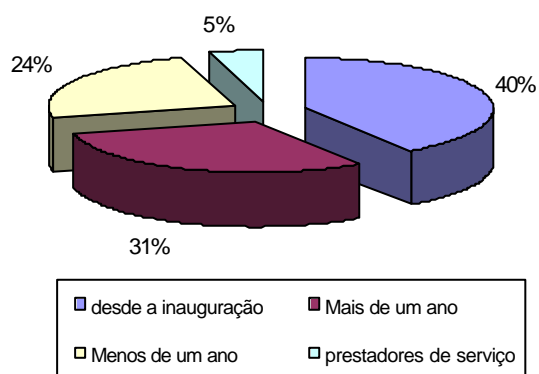
Como pode ser observado nos gráficos 4,5,6,7,8 e 9, a política de dar oportunidade de trabalho aos candidatos menos preparados ou sem experiência no ramo de hotelaria é mais forte no SuperClubs,

GRÁFICO 4**Faixa Etária dos Funcionários do SuperClubs**

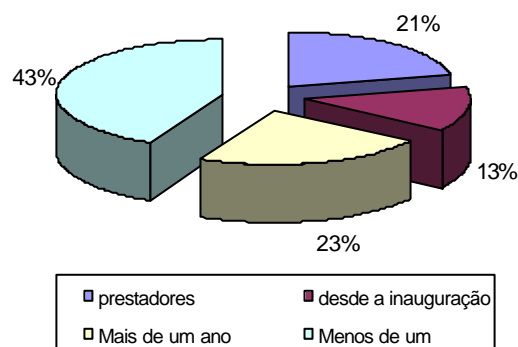
Fonte: Autora

GRÁFICO 5**Faixa Etária dos Funcionários Outras Empresas**

Fonte: Autora

GRÁFICO 6**Tempo de Serviço dos Funcionários do SuperClubs**

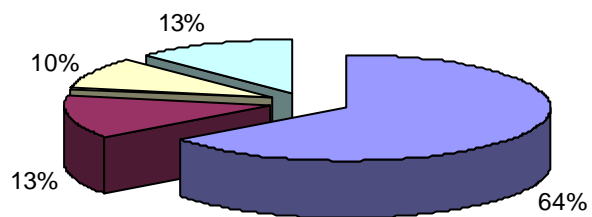
Fonte: Aut

GRÁFICO 7**Tempo de Serviço dos Funcionários das Outras Empresas**

Fonte: Autora

GRÁFICO 8

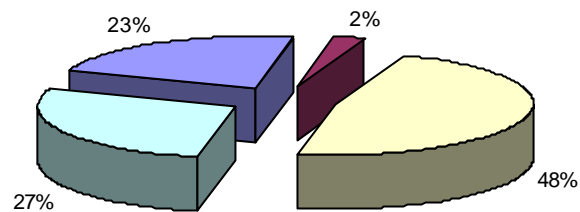
**Grau de Escolaridade dos
Funcionários do SuperClubs**



Fonte: Autora

GRAFICO 9

**Grau de Escolaridade dos
Funcionários das Outras
Empresas**



Fonte: Autora

4. CARACTERÍSTICAS DAS LOCALIDADES VISITADAS E OS IMPACTOS SOFRIDOS

O Município de Mata de São João, que está localizado há 56 Km de distância da Capital Salvador, possui 698 km² de superfície e, de acordo com censo realizado pelo IBGE em 2000, uma densidade populacional de 32.568 residentes. De acordo com dados da Junta Comercial do Estado da Bahia (JUCEB), o parque hoteleiro de Mata de São João registra um total de 3.530 leitos. O Município possui ainda 151 pequenas indústrias e 734 estabelecimentos comerciais, incluindo hotéis e pousadas. Na agricultura, destaca-se a produção de coco e de limão e na pecuária os rebanhos de asininos, bovinos e eqüinos.

Como a prefeitura não dispôs de informações relevantes para este estudo referentes à saúde, educação, trabalho, saneamento básico e transporte, os levantamentos foram feitos nas comunidades visitadas.

Dentro de um dos objetivos deste trabalho, de analisar se os moradores das comunidades mais próximas têm as mesmas perspectivas e expectativas em relação Costa do Sauípe daqueles que vivem mais distantes, bem como os impactos causados nas comunidades de entorno e nas mais afastadas, foram pesquisadas sete comunidades, seis pertencentes ao município de Mata de São João e uma à Entre Rios. A Sede de Mata de São João é a que está mais distante do Complexo, seguida por Praia do Forte e Imbassáí. Santo Antônio e Diogo. Vila Sauípe e Porto Sauípe, esta pertencente ao município de Entre Rios, são as mais próximas.

Como limitação do método, pode-se ressaltar que teria sido importante para o aprofundamento deste estudo visitar as comunidades de Açú da Torre, Açuzinho, Barro Branco e Malhadas. Estas visitas não foram feitas devido ao pouco tempo para a pesquisa de campo. No entanto, de acordo com os dados levantados na pesquisa secundária, as referidas comunidades possuem as mesmas características socioeconômicas das localidades mais próximas ao Complexo: população pequena com baixa renda percapta e baixa escolaridade. Segundo informações colhidas durante as entrevistas, estes lugarejos foram pouco influenciados pela implantação do Complexo porque o aproveitamento da mão de obra local foi irrelevante, assim como o

movimento migratório. Sendo assim, acredita-se que os resultados deste estudo não seriam alterados com a extensão da pesquisa de campo a essas comunidades.

4.1 –Sede de Mata de São João

Segundo dados obtidos na prefeitura, a população da Sede de Mata de São João está entorno de 23 mil pessoas. A pesquisa se deu somente no Centro e no bairro do Senhor do Bonfim da Mata e fontes da prefeitura não souberam informar o número de habitantes destes bairros.

È importante registrar que a prefeitura alega que o município possui cerca de 53 mil moradores, contestando os dados do IBGE.

A Sede do Município está localizada na área rural, que fica afastada do litoral principalmente pela dificuldade de acesso. Na cidade as poucas oportunidades de emprego estão no pequeno comércio e indústria, na agricultura e pecuária, além dos órgãos públicos.

Os moradores se ressentem do fato de não ter acesso aos benefícios que esperavam obter com a implantação do Complexo Costa do Sauípe. De acordo com relatos orais, a vida mudou muito pouco com a chegada do Complexo. São poucos os nativos empregados na Costa do Sauípe, a maioria dos moradores que trabalha no empreendimento fixou residência na cidade com este objetivo.

Embora tenha havido imigração, este processo foi pequeno e não alterou o cotidiano da localidade. O comércio também sofreu pouca influência já que, de acordo com um dos diretores da Associação Comercial de Mata de São João, Dílson Ribeiro, os salários são gastos, na maioria das vezes, em Praia do Forte e/ou Salvador.

A população da Sede conta somente com o atendimento do Hospital Geral de Mata de São João e com uma maternidade. O sistema de transporte também é precário e, segundo moradores, para suprir esta deficiência a prefeitura estimula o serviço de moto-táxi. Os motociclistas, que trabalham sem nenhuma legalidade, fazem ponto em frente à sede do poder municipal. Dos cinco rapazes que exercem esta atividade ouvidos nesta pesquisa, nenhum deles possuía habilitação e somente um dispunha de capacete.

Embora não tenha dados oficiais, nas entrevistas ficou evidenciado que os índices de acidente envolvendo as motocicletas são elevados.

4.2 -Praia do Forte

Praia do Forte é considerada o ponto de encontro da Costa dos Coqueiros. A charmosa vila de pescadores tem uma população residente de cerca de 1.600 pessoas e diversos atrativos. Com 12 Km de praias semidesertas e de beleza incontestável, a Vila dos Pescadores tem uma grande movimentação turística. Os visitantes são atraídos pelas belezas naturais do lugar, que conta com cinco reservas ecológicas, entre elas a Reserva de Sapiranga, e com a sede do projeto Tamar. O variado comércio, composto por diversos tipos de bares e restaurantes, lojas de artesanatos e de grifes famosas, como a Richards e Salinas, ajuda a aumentar o interesse dos turistas. A restauração do Castelo da Torre de Garcia D'Ávila, única construção quinhentista do gênero no país, e a sua abertura à visitação é um atrativo a mais na Praia do Forte.

As previsões pessimistas de que a implantação do Complexo do Sauípe iria diminuir o número de visitantes não se concretizaram. Costa do Sauípe contribuiu muito para aumentar o movimento na localidade. Desde a inauguração os hóspedes da Costa do Sauípe dispõem diariamente de ônibus para visitar a Vila.

Já no início das obras a procura por hospedagem e diversão por parte dos funcionários contratados pela construtora Norberto Odebrecht incrementou o comércio, fez surgir novas pousadas e uma nova forma de hospedagem. Muitos moradores construíram pequenas suítes em seus quintais que são alugadas, principalmente, para funcionários do complexo e outros passaram a alugar quartos de suas próprias residências.

A demanda provocou um crescimento rápido e a conseqüente valorização dos imóveis. Segundo a Associação Comercial da Praia do Forte, nos últimos três anos chegaram cerca de cem novos empreendimentos comerciais. Este *boom* ocorrido não causou grandes danos às características da Vila devido às regras de urbanização, criadas e fiscalizadas pela Fundação Garcia D'Ávila que proíbe, entre outras coisas, a construção com altura superior a 10 metros do solo, a colocação de letreiros e painéis publicitários e determina que as fachadas originais das casas antigas sejam preservadas. Determina ainda que cada coqueiro derrubado seja substituído por quatro coqueiros

novos e faz restrições ao uso de diversos materiais que fogem do padrão das construções existentes. Medidas amplamente apoiadas pelos nativos que frequentemente recebem propostas de compra de suas casas a valores cada vez mais altos. O interesse parte, na maioria das vezes, de estrangeiros que se encantam com a região e desejam fixar residência na Vila.

Outra questão levantada pelos moradores foi o aumento do custo de vida. Eles reclamam que os preços dos alimentos e de outros produtos vendidos nos supermercados subiram muito. Segundo Maria Pereira Costa, a Mariazinha, de 73 , uma das mais antigas nativas da Praia do Forte e uma das líderes comunitárias, as coisas estão muito caras,

“Os comerciantes estão praticando preços para turistas e se esquecendo que os nativos são pobres. A gente vai a Salvador e encontra as coisas muito mais baratas que aqui, isso está errado. Tem que vender pelo preço justo, tanto para o morador como para o turista.”

Janete Dutra, que também participa ativamente da vida comunitária, faz a seguinte observação,

“O turismo chegou de forma muito agressiva, os moradores não estavam preparados. A alta do custo de vida vem da falta de consciência do que é turismo. Isso é ruim para os nativos e para o turista. A comunidade precisa de ajuda, Praia do Forte inchou sem preparo e nós não podemos esperar nada da prefeitura. Os empresários têm que fazer alguma coisa antes que isso aqui não tenha mais jeito.”

Apesar do crescimento da Vila, houve pouca mudança no atendimento à saúde e a educação. Os benefícios educacionais alcançados pela comunidade são os mais significativos: acesso ao ensino básico, que passou a ser oferecido pelo Colégio Estadual Alaor Coutinho, e o Programa de Ensino Supletivo, mantido pela Fundação Garcia D'Ávila. Na área de saúde não houve avanços, a população conta apenas com um posto de saúde equipado com uma ambulância para a remoção dos casos de internação para hospitais em Salvador.

O maior impacto ocorrido na Vila devido a construção e implantação da Costa do Sauípe, foi provocado pelo grande contingente de trabalhadores, que imigraram para a região para trabalhar na obra, e ocorreu em relação aos moradores. Mais precisamente nas conseqüências do envolvimento de operários com jovens e adolescentes. Embora não haja registros oficiais, e o assunto seja tratado de forma reservada pelos moradores, relatos orais dão conta de relacionamentos sexuais precoces com adolescentes nativas que, em alguns casos, resultaram em gravidez.

Ainda hoje, a falta de atividades educativas e de lazer capazes de absorver os jovens da localidade, bem como o baixo poder aquisitivo aliado ao desejo de consumo criam um ambiente favorável a prostituição. Embora as pousadas e hotéis sejam rigorosos e não permitam a entrada de acompanhantes menores de idade, os contatos sexuais ocorrem, principalmente, nas praias desertas durante a noite. O consumo de maconha também é grande entre os jovens, que, segundo Janete Dutra já estariam tendo acesso à cocaína.

4.3 Imbassai

Imbassai está localizado a 10 km do Complexo e depois de Praia do Forte e Costa do Sauípe, é o maior destino turístico da região. O povoado, de cerca de 700 habitantes, possui 38 pousadas e um hotel de luxo, considerado um resort pelos moradores, que juntos oferecem cerca de 700 UHs.

A exemplo do que ocorreu na região, implantação do Complexo trouxe para a localidade novos moradores. Num primeiro momento, a procura foi por pousadas e depois por quartos e vagas disponíveis nas casas. No entanto, segundo Carmelita Carvalho Lúdano, ex-secretária da Associação de Moradores e uma das mais antigas moradoras da localidade, o processo migratório não foi grande por que os preços das pousadas eram considerados caros para aqueles que vieram em busca de oportunidade de trabalho e poucas casas ofereceram abrigos. O preço dos terrenos também estava fora do alcance deles, por que já havia acontecido uma demanda grande por parte de empresários e comerciantes que se instalaram no local bem antes da construção do Complexo.

O *boom* imobiliário teria ocorrido no final dos anos 80 e início dos 90, quando o turismo foi estimulado na região, entre outras coisas, pela potencialização da atividade iniciada na Praia do Forte pelo empresário Klaus Peters. Com a conseqüente especulação imobiliária, os terrenos e casas ficaram muito caros e os moradores que resistiram ao assédio na época não estão dispostos a vender seus patrimônios.

De acordo com o presidente da Associação dos Barraqueiros de Imbassaí, José Santana, o complexo absorveu parte da mão-de-obra excedente mas gerou queda na qualidade do turismo local. Segundo ele, antes da Costa do Sauípe muitos turistas de alto poder aquisitivo visitavam Imbassaí. Hoje eles vão para o Complexo, o que fez com que o gasto médio diário dos visitantes diminuíssem assim como o preço das diárias.

José Santana diz que com a inauguração do Complexo, a expectativa dos comerciantes era que os hóspedes do empreendimento passassem a visitar a comunidade e incrementassem o comércio local, o que não ocorreu. Eles se ressentem do fato e alegam que os resorts da Costa do Sauípe estimulam os passeios de seus turistas apenas para a Praia do Forte, para onde existem ônibus à disposição dentro do Complexo, e se esquecem de Imbassaí, que possui atrativos ainda não transformados em produtos.

4.4 Diogo

Localizado a cerca de 8 km do Complexo, Diogo é uma comunidade de 500 habitantes que vivem distribuídos em 90 residências sem acesso a água tratada e esgotamento sanitário. Os moradores utilizam água de poços domésticos e de uma cisterna abastecida por um poço artesiano de 96 metros de profundidade, que foi cavado a pouco tempo na vila.

Diogo sofreu pouco impacto com a implantação da Costa do Sauípe. Somente 1% dos moradores foram aproveitados para trabalhar no Complexo, todos são funcionários do SuperClubs, e a possibilidade de emprego atraiu apenas 10 novos moradores. A frustração diante da impossibilidade de acesso às oportunidades de trabalho no empreendimento é muito grande, o que despertou o desejo de estudar na maioria dos moradores que têm a expectativa de mudar este quadro.

De acordo como o presidente da Associação de Moradores de Diogo, Fernando César Silva, a procura pelo curso supletivo do Ensino Fundamental Básico- de 1ª a 4ª series- oferecido à noite na Escola Municipal São Vicente é muito grande. Ele afirma que as duas turmas estão lotadas e que há uma lista de espera.

Após a conclusão da 4ª série, aqueles que desejarem continuar os estudos terão de fazê-lo na Praia do Forte, que fica a 25 km. Além da dificuldade de transporte, já que a realidade é mesma de Vila Sauípe: ônibus só na rodovia. Outro empecilho é o horário das aulas, que são ministradas somente nos turnos da manhã e da tarde.

Os benéficos capturados pela comunidade estão na valorização e venda de artesanato e no sucesso do restaurante "Na Sombra da Mangueira", que se transformou na grande atração turística do povoado. O dono do restaurante, José Nunes, conta que começou o negócio vendendo sorvetes em casa e depois, atendendo a pedidos de uns engenheiros que trabalhavam na construção da Costa do Sauípe, passou a servir refeições.

Com o sucesso da venda de comida e o conseqüente aumento da clientela, Nunes construiu o restaurante no quintal, em baixo da mangueira, daí a origem do nome. Hoje o restaurante está na página da internet como uma das atrações turística, da Costa dos Coqueiros e já desperta o interesse dos turistas da Costa do Sauípe. Para garantir a visitação, José Nunes presta um serviço de transporte gratuito. Quando o grupo é acima de quatro pessoas, basta telefonar que ele vai buscar e levar na Costa do Sauípe. O que, segundo ele, acontece toda semana.

Atraídos pelo restaurante, os turistas aproveitam para conhecer a vila e comprar artesanatos de palha. As artesãs, que também foram capacitadas pelo Instituto de Hospitalidade, mantêm os produtos pendurados nas portas para atrair compradores. O interessante é que não existe concorrência entre elas, se o cliente não se mostra muito interessado por suas bolsas ela indica a casa da vizinha ou de uma outra amiga que tenha um produto capaz de agradar mais ao comprador. O objetivo é que o turista compre, não importa de quem. Como as peças são de qualidade e os preços são baixos as vendas sempre acontecem.

José Nunes ressalta que se os resorts promovessem a visitação de seus hóspedes à vila, as condições de vida na comunidade seriam melhores, já que incrementaria a venda de artesanato e aqueceria o comércio local.

4.5 Vila Sauípe

Vila Sauípe é um pequeno povoado, com cerca de 350 residências, que está localizado a mais ou menos três km do Complexo. Segundo o presidente da Associação de Moradores, Waldir Rebelato, a população está em torno de duas mil pessoas, destas calcula-se que umas 400 chegaram com a construção do Complexo. Metade seria parente ou antigo morador que retornou em busca de oportunidade de trabalho e a outra seria imigrante. Deste contingente poucos foram aproveitados devido à baixa escolaridade mas, mesmo assim, permaneceram em Vila Sauípe aumentando o número de desempregado da região.

O vilarejo é pobre e a ausência do poder público é visível. A comunidade conta apenas com um posto de atendimento médico, que funciona somente às sextas-feiras, e com uma escola que oferece de 1º a 4º série do ensino fundamental. Não existe linha de ônibus na Vila, os moradores têm que caminhar cerca de dez minutos até a rodovia (Linha Verde) para ter acesso ao transporte coletivo.

Com a construção da estação de tratamento de água e esgoto para atender ao Complexo numa área da Vila, os moradores passaram a contar com o fornecimento de água tratada e saneamento básico. Mas nem todos são atendidos porque cerca de 100 residências não possuem banheiro. O bolsão de miséria do vilarejo está localizado na rua do Pendão, onde grande parte dos moradores vive na miséria absoluta. Segundo a agente de saúde Ana Lúcia Pegado, 11 famílias não têm nenhum rendimento e como a pesca reduziu muito com a poluição do Rio Sauípe eles sobrevivem da cata de frutos no mato e da solidariedade alheia.

A poluição, atribuída à falhas no tratamento de esgoto realizado pela Empresa Baiana de Saneamento (Embasa) que despeja no Rio Sauípe a água do esgoto depois de tratada, é motivo de grande tristeza por parte dos moradores. O rio significava fonte de subsistência e a única de lazer para a comunidade. Além disso, segundo Ana Lúcia,

depois que a estação foi construída, aumentaram os casos de diarreias e surgiram a amebíase e diferentes doenças de pele, enfermidades que não até então não existiam entre os moradores.

Os benefícios adquiridos pela comunidade com a implantação da Costa do Sauípe são poucos. Segundo dados da associação de moradores somente 2,4% da população está trabalhando no Complexo e apenas 1,2% é efetivo, os outros são prestadores de serviço. O motivo é a falta de preparo dos moradores, já que a maioria tem uma escolaridade muito baixa e muitos são analfabetos

Vale registrar que diversos moradores trabalharam nas obras de construção do Complexo. Mesmo exercendo funções que não necessitam de qualificação, como capina, roçado e ajudante de pedreiro, e que têm uma remuneração baixa, muitos conseguiram levantar suas casas em alvenaria. Embora a grande maioria destas residências esteja inacabada, eles consideram que é mais confortável viver nelas do que nos casebres de barro.

Os ganhos reais que a comunidade obteve com a chegada do empreendimento podem ser contabilizados pela melhoria no fornecimento de energia elétrica, a construção de uma praça e da Escola de Produção e a rede de água e esgoto.

A Escola de Produção, construída através de uma parceria entre a prefeitura, Fundação Banco do Brasil, Sauípe S.A., Fundação Odrebrecht, Instituto Souza Cruz, Sebrae e Instituto da Hospitalidade, é considerada pela comunidade como um dos maiores benefícios adquiridos com a implantação do Complexo. A Escola é um espaço multi-uso, onde são oferecidos cursos e treinamentos, além de ser utilizado para a realização de festas e eventos religiosos e funcionar como um entreposto dos artesanatos que são levados para a venda na Costa do Sauípe.

Com a construção da Escola de Produção e a valorização do artesanato os rendimentos das famílias dos artesãos aumentaram um pouco, mesmo assim os ganhos são baixos. Maelí Rodrigues, de 37 anos, se especializou nos cursos oferecidos pelo Instituto de Hospitalidade, assunto que será tratado no próximo capítulo, e produz peças variadas com a ajuda de toda a família, composta por seis pessoas. Segundo ela, embora todos se

dediquem à fabricação das bolsas, os ganhos giram em torno de R\$ 300,00 (trezentos reais) mensais.

De acordo com as artesãs ouvidas nesta pesquisa, o ganho médio com a confecção e venda dos artesanatos de palha varia entre 100 e 150 reais. Elas e se mostraram satisfeitas em ter um ponto de venda dentro do Complexo, mas reclamaram da demora para receber e dos preços praticados na loja.

A Sauípe S.A cedeu ao IH, em outubro de 2002, uma loja na Vila Nova da Praia, dentro do Complexo, para a comercialização dos artesanatos produzidos na região. As artesãs mandam as suas peças com os preços que praticam na comunidade e a loja vende estes produtos a preços maiores, para gerar uma margem de lucro que pague as despesas com as duas funcionárias, luz e telefone.

Apesar de considerarem legítima a majoração de preços, as artesãs reclamam que o aumento é muito grande, o que torna o produto caro e faz com que as vendas sejam baixas. Outra distorção é a forma como o pagamento é efetuado às artesãs, que ficam até dois meses sem receber, já que os administradores esperam que a maioria das peças de todas fornecedoras seja vendida para entregar o dinheiro a elas. Sem contar que, grande parte dos produtos fica armazenada na Escola de Produção e não exposto nas lojas. O que pode ser considerado uma prática comum de administração é extremamente prejudicial àquelas pessoas que têm na confecção do artesanato a sua única fonte de renda, por isso dependem da venda rápida do produto para alimentar a família.

Segundo Waldir Rebelato, presidente da Associação de Moradores, para tentar mudar o quadro de desemprego e miséria existentes na Vila, a associação pretende estruturar uma cooperativa de trabalho com os moradores para prestar serviços de manutenção a Sauípe S.A e aos hotéis e pousadas do Complexo. O primeiro passo nesta direção são os cursos de eletricista e bombeiro hidráulico que estão sendo oferecidos na Escola de Produção.

A comunidade também sofre com a falta de atividades para os jovens. Como o acesso à escola é difícil e não tem existe nenhuma opção de lazer e entretenimento, eles ficam ociosos. Segundo Ana Lúcia Pegado, a consequência disso é a iniciação sexual precoce,

mais ou menos aos quatorze anos, e o grande número de gravidez entre as meninas desta faixa etária.

Ainda de acordo com agente de saúde, outro problema que vem se agravando é o consumo de maconha entre os adolescentes. Vale ressaltar que esta pesquisa não registrou nenhum outro tipo de droga na comunidade e nem casos de prostituição de moradores da Vila Sauípe, jovens ou não, com turistas. O que foi relatado nas entrevistas é que estes problemas pioraram com a chegada dos imigrantes que se instalaram na Vila em busca de trabalho.

4.6 Vila de Santo Antônio

Santo Antonio é o povoado mais próximo da Costa do Sauípe e pode ser acessado a pé, fica a cerca de 45 minutos de caminhada pela praia. A pequena vila possui 40 casas e cerca de 200 habitantes.

A implantação do Complexo mexeu com o modo de vida e com a rotina dos moradores. Antes da Costa do Sauípe, todos viviam basicamente da pesca e da criação de porcos, pois o artesanato era rudimentar e não tinha valor comercial. Atualmente existem seis quiosques de venda de artesanato de palha no meio da vila e a maioria dos moradores comercializa bebidas, água de coco e peixe frito, produtos oferecidos aos turistas que constantemente visitam o povoado.

Com a incrementação do turismo, os moradores foram orientados a abandonar a cultura suína, já que os animais eram criados soltos na vila e a sujeira favorecia o alto índice de micose nos pés. Eles contam que passaram a receber, durante um período, a visita de um grupo de profissionais de saúde que os ensinou a tratar das micoses e a escovar os dentes regularmente, além de ter feito farta distribuição de cremes e escovas dentais.

Entre os benefícios contabilizados estão o fornecimento de energia elétrica, rede instalada no final de setembro de 2002, e o abastecimento de água oriundo de um poço artesiano furado na vila no início do ano passado. Até então os moradores consumiam a água do rio Imbassaí e de poços rasos, o que, segundo relatos orais, causava grande incidência de verminose entre as crianças. Vale registrar que a vila não conta com

sistema de esgotamento sanitário e as 28 casas que têm banheiro possuem fossas precárias.

A escola mais próxima da vila é a Escola Municipal São Vicente, que fica em Diogo a cerca de 20 minutos de caminhada. A maioria das crianças está fora da escola e os adolescentes também não estudam, poucos terminaram a quarta série. Grande parte dos adultos, que é analfabeta, reivindica a construção de uma escola para atender a comunidade. O atendimento a saúde também é precário, a população local conta com a ambulância que fica em Imbassá e com os postos de atendimento médico da Praia do Forte e de Vila Sauípe.

Quanto a questão de emprego somente quatro pessoas (2% da população) trabalham na Costa do Sauípe: um padeiro e um ajudantes, que exerciam o ofício em uma padaria em Imbassá e foram contratados pelo Marriot, e dois auxiliares de serviços gerais empregados na Sauípe S.A. Uma outra moradora, Vera Brandão, trabalhou por 11 meses no SuperClubs mas deixou o emprego para vender artesanatos na vila. Segundo ela, os treinamentos e o curso básico de inglês recebidos no hotel facilitam o atendimento aos turistas, o que possibilita um ganho maior que o salário que recebia no hotel.

Apesar de não ter havido aproveitamento da mão-de-obra local, a comunidade mostra um sentimento de gratidão em relação ao Complexo por causa dos progressos alcançados: luz, água e as vendas efetuadas na Vila. Antes da implantação da Costa do Sauípe, Santo Antônio era pouco visitada por que a comunidade fica distante da rodovia e a estrada de acesso é precária. Atualmente, como a vila virou ponto de visitaçã acessado pela praia, todos os moradores vivem em função do turismo e já existem até uma mine pousada, com três xales e mais duas suítes construídas no quintal de diferentes casas.

Muitos nativos, que tinham deixado a vila em busca de emprego, voltaram por causa das novas oportunidades criadas pelo turismo e pretendem permanecer no vilarejo. Os relatos dão conta de que eles vêm sofrendo grande pressão para vender suas posses por parte de especuladores imobiliários. Os terrenos de frente para a praia já foram vendidos e a comunidade está recuada. No entanto, todos os moradores vêm resistindo e garantem que não saem de suas casas por dinheiro nenhum.

A influência do convívio com os turistas pode ser percebida na maneira de falar dos jovens, que incorporaram gírias e palavras estrangeiras a seus vocabulários. Como a maioria da comunidade é composta de parentes, já que é comum o casamento entre primos, as famílias se mostram muito unidas e evitam envolvimento com os visitantes. Segundo alguns depoimentos, os casos de assédio e envolvimento sexuais entre moradores e turistas que já ocorreram foram iniciativa dos jovens nativos. Os rapazes passam a maior parte do tempo surfando ou jogando bola na praia e, como é comum à idade, estão sempre atentos à aproximação de mulheres desacompanhadas e não perdem a oportunidade de abordá-las.

4.7 Porto de Sauípe

Porto de Sauípe, que fica a 10 km do Complexo, pertence ao Município de Entre Rios, que tem uma densidade demográfica de 37.500 pessoas e é composto por 14 distritos e povoados. Porto de Sauípe foi a única localidade deste município analisada neste estudo. Isso ocorreu devido à proximidade com o Complexo e os impactos sofridos com a sua implantação.

Segundo José Brás Gozer, assessor da prefeitura responsável pelo Posto de Administração Avançado criando no início do ano em Porto de Sauípe, a população local era de 2.000 pessoas há quatro anos e atualmente está estimada em 6.000 mil. O crescimento populacional começou com a construção do Complexo. Muitos trabalhadores da obra se hospedaram na localidade atraídos pelos bares, pousadas e restaurantes já existentes. Com o término da construção, a maioria permaneceu no local e a ocupação desordenada trouxe sérios problemas sociais e ambientais.

O impacto ambiental mais grave é causado pelas construções irregulares nos manguezais. Segundo José Brás, muitos grileiros invadem a área e constroem casas para vender posteriormente. Como várias dessas residências não têm banheiro e as que têm não possuem fossa, o esgoto é jogado diretamente no mangue.

Nas ruas pavimentadas muitos também não têm acesso a rede de saneamento construída pela Embasa. O principal motivo é a falta de dinheiro para fazer a ligação da tubulação

de esgoto do banheiro até a caixa coletora instalada pela empresa em frente ao domicílio. Os moradores reclamam que são obrigados a pagar uma taxa pelo serviço que não é utilizado.

José Brás admite que o passivo social de Porto de Sauípe é muito grande. Além da falta de escolas e de um hospital para atender a demanda, a região tem um alto índice de desemprego, prostituição, consumo e venda de droga e de pequenos furtos. Segundo ele, estes problemas foram mais graves durante as obras mas ainda hoje é muito alto e a prefeitura criou o Posto de Administração Avançado com o objetivo de reverter esta situação. A primeira providência será a instalação de um posto da Polícia Militar com efetivo de 10 homens e o levantamento dos comércios ilegais. A prefeitura estaria ainda, tentando um convênio com o estado para a instalação de uma escola de ensino básico na comunidade. Outra medida seria a busca de parceiras para a instalação de cursos técnicos para preparar a mão-de-obra local para o Complexo e a criação de mecanismo para tentar fazer com que os empresários revejam os seus posicionamentos quanto à contratação de funcionários.

Joselita Alves Pereira, a dona Lita, presidente da Associação de Moradores de Porto de Sauípe considera que Costa do Sauípe foi um acontecimento nocivo para a comunidade e que não trouxe nada de positivo. Segundo ela, a grande decepção em relação ao Complexo começou com as obras. Muitos moradores foram contratados para a construção e demitidos em seguida. Eles não teriam se adaptado ao trabalho por que estavam acostumados a viver da pesca, a receber um tratamento pessoal por parte dos companheiros e estranharam o fato de ser apenas um número num canteiro de obra, ao lado de centenas de desconhecidos.

Dona Lita avalia que se o Instituto de Hospitalidade tivesse chegado antes na região a situação seria diferente,

“Os trabalhos do IH começaram pouco antes do início das obras e não deu tempo para elevar a escolaridade e/ou alfabetizar os interessados para que eles tivessem aptos para a capacitação. Se isso tivesse acontecido, hoje muita gente ia estar trabalhando no Complexo e a vida ia estar melhor.”

As frustrações dos moradores foram agravadas com a chegada massiva de imigrantes em busca de trabalho na obra. Junto com os peões teriam vindo comerciantes de outros estados do nordeste que abriram pequenos botequins, barracas de venda de bebidas na praça e dois bordéis. Dona Lita ressalta que os cafetões trouxeram algumas prostitutas para iniciar o negócio e depois passaram a recrutar mulheres na região.

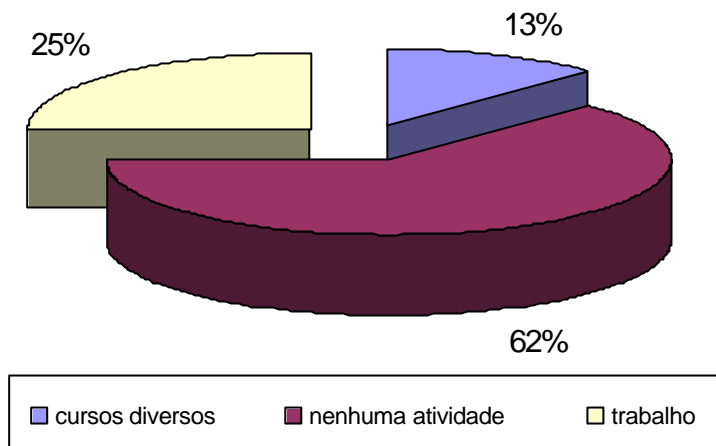
Dona Lita ressalta ainda que muitas jovens nativas, com idade entre 14 e 20 anos, foram seduzidas por trabalhadores da obra, o que resultou em muitos casos de gravidezes precoces e abortos,

“Com a invasão de homens que aconteceu em Porto de Saúpe, o absurdo virou normal. Hoje temos aqui uma pequena geração de filhos da obra. São muitas mães solteiras desempregadas que precisam de ajuda porque foram abandonadas com a criança nos braços ou quando ainda estavam grávidas.”

Um outro fator que chama a atenção é a disseminação das drogas. De acordo com diversos depoimentos, antes do início da implantação do Complexo, a única droga consumida na comunidade era a maconha, mas mesmo assim com um certo controle. Agora já são muitos os viciados em cocaína e o crack também está se espalhando. A maior preocupação é com o grande número de adolescentes ficam ociosos (Graf. 10) por que não existe nenhuma atividade que possa absorve-los. A maioria não terminou o ensino fundamental e se mostra sem nenhuma perspectiva em relação ao futuro devido à falta de oportunidade de estudo.

GRÁFICO 10

Grau de Ociosidade dos Adolescentes

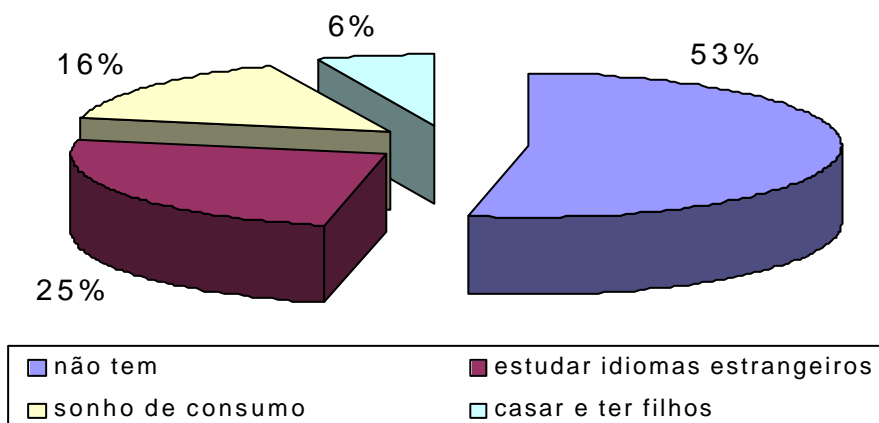


Fonte: Autora

Conforme o gráfico abaixo (Graf 11), dos 32 adolescentes entrevistados, mais da metade mostrou um total desencantamento em relação a vida e disse não ter nenhum sonho. Mas muitos desejam aprender outros idiomas, o que pode ser interpretado como um desejo de trabalhar na área de turismo e este fato pode ser um indicador de que a situação atual poderá ser revertida com investimentos em educação.

GRÁFICO 11

Sonhos



Fonte: Autora

Marcella Ferri, fundadora e coordenadora da Fundação dos Artesãos, alerta que é grave a situação dos adolescentes,

“Eles perderam a identidade do passado. Surgiram novos parâmetros que eles não estão inseridos. A riqueza do complexo, os turistas estrangeiros esse glamour todo desperta um desejo de consumo que eles alcançarão. Isso cria uma expectativa e uma decepção muito grande. Eles se sentem excluídos. A auto-estima é muito baixa porque eles comparam o que têm com o que o mundo oferece.”

Na avaliação dela, a única forma de mudar esta situação é desenvolvendo atividades lúdicas que elevem a auto-estima e implantando uma escola de ensino básico e cursos profissionalizantes. Marcella esclarece que estas iniciativas têm de ser tomadas com urgência porque com o passar do tempo fica cada vez mais difícil resgatar estes jovens.

5. EDUCAÇÃO, TREINAMENTO E MÃO DE OBRA

Para atingir os objetivos, de levantar os recursos humanos e patrimônio cultural da Costa dos Coqueiros para iniciar um programa de capacitação e formação de mão-de-obra local a ser aproveitada no Complexo, o Instituto da Hospitalidade iniciou o **“Programa Costa dos Coqueiros- Projeto Desenvolvimento Sustentado”**.

A primeira parte deste projeto, consistiu na realização de uma pesquisa sobre o perfil da população de jovens e adultos, as necessidades educacionais e os fazeres e saberes das comunidades. Com os resultados da pesquisa foi iniciada uma série de ações afirmativas na região. A primeira constatação foi o baixo nível de escolaridade da população, uma média de 2,7 anos entre jovens e adultos com idade entre 18 e 30 anos, e alto índice de analfabetismo entre os de idade acima de 40 anos, e a dificuldade de acesso à educação. Não havia nenhuma escola de ensino médio na região e as escolas existentes ofereciam apenas até a quarta série do ensino fundamental.

Diante desta realidade, o IH participou de alguns esforços junto à Associação Comunitária Desportiva, Educativa e Social do Litoral Norte (Adeslin), para transformar o Colégio Estadual Alaor Coutinho (CEAL), que funciona na Praia do Forte desde de 1994 e oferecia somente o ensino fundamental, em uma escola de ensino médio. Obtiveram êxito nesta empreitada e há três anos o Alaor Coutinho se transformou na única escola de segundo grau da região. O CEAL atende a população do litoral dos municípios Entre Rios e Mata de São João que estão divididos em 31 comunidades espalhadas numa área de 400 km². Na prática, somente os moradores dos 16 povoados mais próximos têm acesso aos cursos. O poder aquisitivo é muito baixo para se pagar passagens diariamente e o ônibus da prefeitura, que deveria fazer o transporte dos alunos, funciona de forma precária, quando funciona. Segundo relatos orais, ano passado o ônibus quebrou e o serviço ficou suspenso durante todo o último trimestre. Isso teria provocado desistências e um alto índice de reprovação. Este ano, dois meses depois de iniciadas as aulas, o transporte municipal ainda não estava circulando.

O Alaor Coutinho tem cerca de mil alunos, distribuídos em seis turmas de ensino médio e seis de ensino fundamental. A idade média dos alunos do segundo grau é de 22 anos, e a maioria está concluindo os estudos na esperança de arrumar trabalho nos empreendimentos turísticos. Djalma Almeida da Silva, presidente da Adeslin, está tentando, junto à Secretaria estadual de Educação, abrir turmas à noite. Segundo ele, existem doze salas ociosas neste período que poderiam ser utilizadas para atender àqueles que não têm condições de freqüentar a escola durante o dia,

“Muitos dos jovens que estão trabalhando, principalmente na Costa do Sauípe, não têm nem a 5ª série. Eles precisam concluir os estudos, mas durante o dia não dá. Eles não têm tempo por causa do trabalho. Se o estado não oferecer a opção noturna, o quê que eles vão fazer? Vão ficar sem estudar e não vão evoluir, nem no trabalho nem na vida (...) falta interesse público. A comunidade quer muito ter acesso à escola, mas o governo renega a educação.”

Djalma Almeida afirma que tem tentado de todas as formas reverter esta situação. Segundo ele, já foram realizados quatro “Seminários de Educação” no auditório do Alaor Coutinho. O primeiro, em fevereiro de 2000, e os outros sempre no início dos anos seguintes. Em todos os eventos compareceram representantes do Sebrae, do Instituto da Hospitalidade e da Secretaria de Educação. De acordo com Djalma, os empresários sempre foram convidados mais não compareceram a nenhum seminário.

Nestes eventos, além da abertura de novas turmas à noite, foram reivindicados cursos técnicos de turismo e de hotelaria. Até agora nenhuma iniciativa foi tomada. Djalma reclama do descaso com a educação e capacitação e diz que os órgãos competentes só fazem estudos das necessidades e não tomam nenhuma providência e que os empresários se absterem da discussão. A carência pode ser percebida na comemoração que a Associação está fazendo pelo fato de poder oferecer um curso de inglês, com duração de seis meses, a doze alunos. Djalma Almeida ressalta que esta conquista pode ser considerada uma gota no oceano, mas que faz a diferença para aqueles que não tem nenhuma oportunidade de aprendizado.

O presidente da Adeslin se mostra preocupado com a falta de mão-de-obra na região para atender aos novos empreendimentos hoteleiros com implantação prevista a curto e

médio prazo. Segundo ele, aqueles que poderiam ser treinados e capacitados para trabalharem nos hotéis, já foram aproveitados,

“Quando o Instituto de Hospitalidade e o Sebrae iniciaram o programa de capacitação para atender ao Complexo Costa de Sauípe, nós da Adeslin fomos batendo de porta em porta, em todas as comunidades próximas, convidando todo mundo que tinha alguma condição de ser aproveitado, para participar dos cursos. Então não sobrou ninguém, porque até hoje as condições de estudo não mudaram”

Djalma é da opinião de que os treinamentos não foram adequados e que, por causa disso, aconteceram muitos problemas no início do funcionamento dos hotéis,

“Os garotos praticamente não tinham base escolar e nenhum conhecimento de hotelaria. Mesmo assim foi tudo rápido, os treinamentos tiveram duração média de seis meses mas não foram seis meses corridos. Foram feitos módulos básicos, que duravam uma semana, daí só no mês seguinte que tinha outro módulo e ai por diante... Então, o que eu aconteceu? Quando chegaram aos hotéis foi um fracasso, muitos se sentiram incapazes e se demitiram, outros foram demitidos. As baixas só não foram maiores porque não havia mão de obra excedente. O jeito era treinar mais aqueles que estavam ali. E eles começaram a treinar dentro dos próprios hotéis, até porque era muito caro trazer todo mundo de fora de repente. Não tinham onde alojar e pagar hospedagem era um custo muito alto. Hoje a situação é diferente, muita gente veio de fora para trabalhar no Complexo e fixou residência na região. Principalmente na Praia do Forte, que hoje tem o dobro da população.”

Vale ressaltar que o Complexo está muito distante da realidade daquelas comunidades, por isso tende a provocar um choque cultural enorme naquelas pessoas de origens humildes que chegam em busca de trabalho. Para minimizar este choque, nos treinamentos iniciais, antes do primeiro contato do candidato selecionado com a Costa do Sauípe, foi feito um trabalho de elevação da auto-estima e de valorização cultural de cada indivíduo. Eles foram estimulados a falar das belezas naturais, das tradições e dos

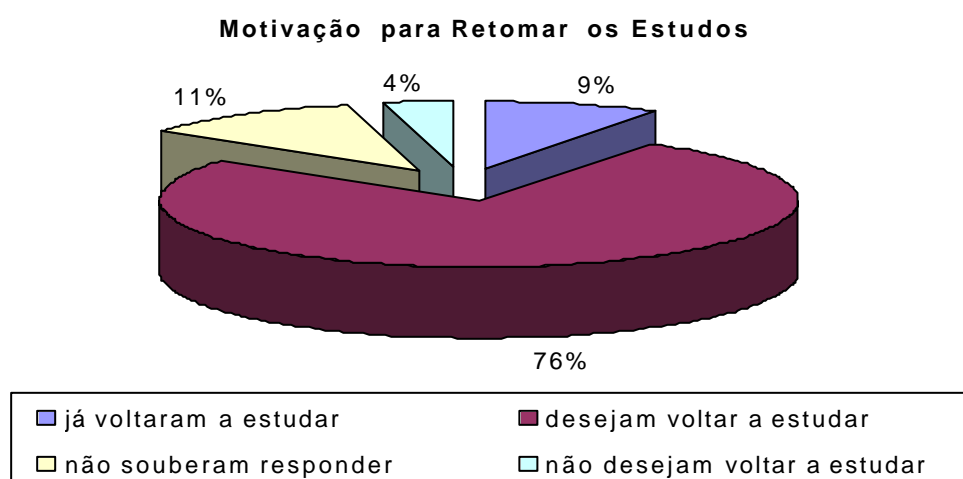
saberes e fazeres de suas comunidades. Só depois disso, quando eles já estavam mais confiantes, o Instituto de Hospitalidade iniciou os treinamentos de capacitação.

Uma outra questão apontada por Djalma é a importação de mão-de-obra, segundo ele, planejada pelos empresários, desde de a construção,

“A empresas trazem funcionários de fora para as funções melhores. Já chegam com os carpinteiros, eletricitas bombeiros, etc. Só resta para a comunidade o ofício de servente de pedreiro, de carregador. Só o pesado. Os empresários não têm nenhuma preocupação com os moradores. Eles chegam e só pensam no lucro, falta responsabilidade.”

Uma das constatações desta pesquisa é o desejo da grande maioria da população em retomar os estudos. Mesmo àqueles que nunca pensaram em freqüentar uma sala de aula, acalentam o sonho de estudar. Este fato surgiu com a implantação da Costa do Sauípe, que despertou consciência de que é necessário elevar o nível educacional para capturar algum dos benefícios gerados pelo turismo.

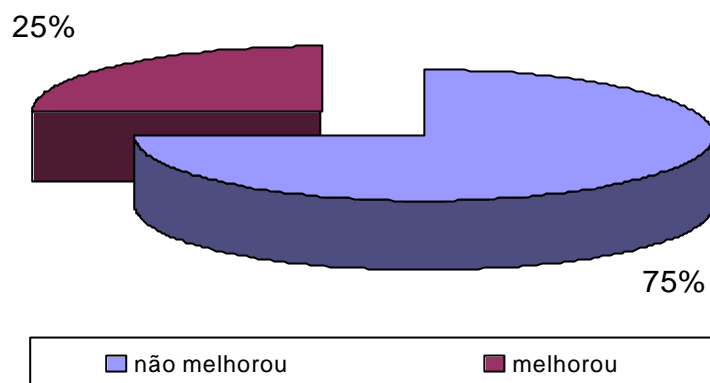
GRÁFICO 12



Fonte: Autora

Além da falta de escolas, não existem cursos técnicos profissionalizantes nem de línguas estrangeiras, o que obriga àqueles que querem aprender um segundo idioma

estudar em Salvador. Isso gera um sentimento de impotência entre os moradores, principalmente entre os jovens e adolescentes (Graf. 13).

GRÁFICO 13**Expectativa de Emprego com
a Implantação do Empreendimento**

Fonte: Autora

A consciência de que é necessário estudar para se inserir no mercado de trabalho do setor de turismo, mas não têm esta oportunidade gera sentimento de frustração e apatia visíveis nos rostos da comunidade. Principalmente porque a construção do Complexo gerou uma grande expectativa entre todos os moradores. Eles acreditavam que a mudança de suas vidas ia ser radical, que todos teriam um emprego e ascensão social. Ao constatarem que poucos estavam dentro do perfil mínimo exigido para participar dos treinamentos oferecidos pelo Instituto de Hospitalidade, em parceria com Senai e Senac, ficaram extremamente frustrados.

Estas expectativas foram detectadas na pesquisa realizada pelo IH, que procurou desenvolver outros projetos objetivando a promoção social da comunidade. Foram tomadas algumas iniciativas aproveitando as vocações, saberes e fazeres da população local. A primeira delas foi identificar oportunidades de pequenos negócios voltados para a nova demanda criada pelo volume de turistas esperados na região. Neste contexto, foi identificada a vocação natural das comunidades para o artesanato de palha e para a agricultura familiar.

Foi diagnosticada também, a necessidade de aperfeiçoar e diversificar a linha de produção artesanal, que tinha um caráter utilitário, e de estruturar associações e/ou

cooperativas para desenvolver a atividade e, ao mesmo tempo, fortalecer o processo de mobilização social em toda região.

Assim, foi iniciado um trabalho de capacitação das artesãs para agregar valores aos produtos. Elas aprenderam a diversificar e aprimorar seus trabalhos, através da tintura da palha e do junco, feito com fusão de folhas e flores da região, e de novas modalidades de trança e sistema de medida. Aprenderam que um palmo de uma pessoa é diferente do palmo da outra e passaram a usar o metro e a régua. As artesãs abandonaram o sistema rudimentar e passaram a ter novas dimensões de produção. A partir daí, passaram a criar novos acessórios de moda e decoração, os produtos de palha passaram a ser mais valorizados e se tornaram um símbolo do turismo na Costa dos Coqueiros.

Para fomentar estas e outras ações, surgiu a Escola de Produção onde entre os cursos oferecidos estão o de aperfeiçoamento do artesanato, técnicas agrícolas e curso de eletricitista. Este último, ministrado, de forma voluntária por um engenheiro de manutenção da Sauípe S.A, teve uma procura tão grande que se formou uma fila de espera para uma outra edição. O objetivo desta iniciativa é capacitar mão-de-obra para a formação de uma cooperativa de trabalho que possa prestar serviços aos hotéis, lojas e pousadas do Complexo. Esta foi uma das formas encontradas para burlar a baixa escolaridade dos moradores e inseri-los no mercado.

Outro projeto em andamento é a “Farmácia da Terra”, que conta com a parceria da escola de farmácia da Universidade Federal da Bahia e tem o objetivo de criar produtos a partir de ervas medicinais comuns na região. Já foram produzidos 16 pilotos, todos registrados, entre eles estão: Xampu de alumã, sabão de coco, sólido e líquido, com misturas de canela, cravo e jasmim e repelentes naturais. Além destes, está incubado o projeto de produção de doces e geléias em compotas, feitos com frutos típicos e de grande fartura na região, temperos e especiarias. A intenção é produzir estes artigos em escala para que possam ser utilizados pelos hotéis da Costa do Sauípe.

A Escola de Produção é gerida pelo Instituto de Hospitalidade mas, de acordo com o gerente de projetos do IH, Silvestre Ramos Teixeira, o objetivo é fazer com que a comunidade assuma a direção,

“No futuro a Escola será a sede da Associação dos Moradores, que deverá manter a filosofia de hoje, a de promover educação e cultura associados ao padrão produtivo. Isso é um processo dinâmico apoiado em três eixos: ao mobilizar, articular, se educa, se promove a cultura e se produz. Ao se produzir, se produz com valores locais, com os saberes existentes.”

Silvestre Teixeira acredita que em pouco tempo a comunidade será auto-sustentável e o IH vai sair devagarzinho para deixá-la caminhar com segurança,

“As sementes estão plantadas. Já existe a mobilização, estão se formando cooperativas, muitos já foram capacitados para isso. As associações estão mais fortalecidas. O nosso papel é esse: estimular a produção, educação, cultura, mobilização de pessoas e articulação institucional”.

A criação e o fortalecimento de Associações e Cooperativas já está apresentando resultados. Em Porto Sauípe, um grupo de moradores de classe média, que migraram para a localidade por causa do trabalho no Complexo, uniu esforços à Associação de Moradores para obter uma escola de qualidade para seus filhos. Diante da necessidade dos novos moradores e da realidade local, foi criado o projeto Meninos do Porto, que atende a 60 crianças, de três a seis anos, entre elas algumas portadoras de necessidades especiais.

A escola é mantida através de doações da Sauípe S.A, de pessoas físicas e do pagamento de mensalidades efetuado por pais de 12 alunos que tem condições de contribuir. Os outros 48 são de famílias carentes por isso têm bolsa integral além de receberem uniformes e material escolar.

O Eco-Resort Praia do Forte é exemplo de que investir em educação é um bom negócio para o empresário. No final de 1996, época em o Instituto de Hospitalidade iniciou o levantamento do perfil da mão-de-obra em potencial para atender a Costa do Sauípe, a empresa procurou mapear o grau de instruções de seus colaboradores e obteve um resultado considerado preocupante. Constatou que havia um número expressivo de empregados analfabetos e muitos outros com o primeiro grau incompleto. Apesar de a

mão-de-obra ser considerada simpática e prestativa, percebeu-se a necessidade de elevar o nível de conhecimento dos funcionários para investir em treinamentos.

Assim, a empresa desenvolveu um programa de estudo interno, contando com a participação voluntária de alguns funcionários, que apresentou resultados considerandos excelentes. Em seis meses foram alfabetizados alguns colaboradores e iniciado o processo de Telecurso de Primeiro e Segundo Graus para os demais. De acordo com Silvaña Tajés, gerente de suprimentos e idealizadora do projeto, o interesse e entusiasmo demonstrados pelos funcionários foram tão grandes que motivou os amigos e parentes a quererem participar também. Segundo ela, o sucesso levou o hotel a investir numa metodologia própria, com a assessoria de um consultor pedagógico, e partir para um projeto mais amplo,

“O primeiro passo foi estender à comunidade os mesmos benefícios que os colaboradores da empresa estavam recebendo, e começamos a aceitar que os interessados assistissem às aulas dentro do hotel. Depois, com o patrocínio total do hotel e apoio da Fundação Garcia D’Ávila, entramos com o processo de ensino chamado Aceleração para Adultos – Programa de Ensino Supletivo – PROES no qual, em apenas quatro anos e meio, se pode cursar desde a alfabetização até a conclusão do segundo grau”.

Quando o curso era oferecido somente aos funcionários do Eco-Resort, o número de alunos era de aproximadamente 110, ao estender para a comunidade subiu para 230. Como o curso passou a ser ministrado num espaço doado por Klaus Peters , dentro da Vila dos Pescadores, a procura intensificou-se e em 2002 a turma foi de cerca de 400 alunos, destes 150 foram certificados. Este ano a média continua a mesma.

O PROES está possibilitando a recuperação do tempo perdido fora da escola de grande parte dos moradores da Praia do Forte e de comunidades vizinhas. O interessante é que a faixa etária vai desde de os 16 até aos 70 anos. São pessoas que querem vencer as suas próprias limitações e buscar mercado de trabalho.

Os benefícios obtidos pelo Eco-Resort Praia do Forte com esta iniciativa foram comprovados pelas pesquisas de satisfação dos hóspedes, realizadas e auditadas anualmente.(ANEXO V)

No ano 2000 a pesquisa, auditada pela Arthur Andersen, resultou em 5.321 questionários preenchidos que refletiu a opinião de uma média de 10.376. A média geral de satisfação foi de 8,92 , expressada com notas de 0 a 10 nos 26 quesitos avaliados. .(ANEXO V)

Em 2001, nos 4.716 questionários, refletindo a opinião de 9.432 hospedes, a média geral de satisfação subiu para 9,17 conforme constatou a auditoria da Soteconti Auditores Independentes S/C- membros da Horwarth International. .(ANEXO V)

Em 2002 a média geral de satisfação chegou aos 9,54. Nesta última pesquisa foram preenchidos 4.768 questionários, refletindo a opinião de 7.536 hóspedes. A auditoria foi realizada pela Bousinhas e Campos Soteconti Auditores Independentes- membros da Horwarth International. .(ANEXO V)

Estes resultados comprovam que a qualidade dos serviços prestados pelo hotel aumentou depois que o projeto de escolarização foi implementado. Os empreendimentos da região também estão sendo beneficiados pelos resultados do PROES, principalmente as empresas da Praia do Forte, que conta hoje com uma mão-de-obra mais preparada.

Segundo Silvaña Tajés, o projeto agora é oferecer cursos de inglês e de informática na comunidade e para isso a empresa está buscando, através da Fundação Garcia D'Ávila, parceria entre os empreendedores da Costa dos Coqueiros,

“O problema de mão-de-obra para o turismo é de todos. Só através da educação é que promovemos a inclusão social dos moradores. Isso gera segurança, satisfação e empregabilidade.”

5.1 Agentes Multiplicadores de Informação e Benefícios Sociais

Uma questão muito interessante, constatada durante esta pesquisa, é que os benefícios dos treinamentos oferecidos aos empregados dos hotéis são multiplicados dentro das comunidades.

Uma região onde o índice de analfabetismo entre os adultos é grande e o acesso à educação, saúde, saneamento básico é um luxo para poucos, as noções básicas de higiene e cuidados com a saúde são mínimas entre os moradores. Considerando que ainda é preocupante o número de residências sem banheiro e que muitas outras habitações não contam com abastecimento de água tratada e rede de esgoto, pode-se imaginar os problemas e as conseqüências disso para a saúde pública.

Pois bem, quando um membro da família participa dos treinamentos de capacitação oferecidos pelos hotéis, principalmente quando é para trabalhar na área de alimentos e bebidas, ele recebe informações básicas de higiene, tais como: a importância de se lavar as mãos sempre que usar o banheiro, antes de comer e de manipular alimentos, importância de armazenar corretamente, tempo de exposição e prazo de validade dos produtos alimentícios, higiene e limpeza na cozinha e banheiro, entre outras. Estas informações são novidades para a maioria das pessoas que vivem nas comunidades visitadas. Agora, elas estão tomando conhecimento de cuidados simples, mas que são extremamente importantes para a saúde, através dos parentes e vizinhos que são treinados para trabalhar nos hotéis.

Infelizmente, não foram encontrados dados na prefeitura que pudessem comprovar a melhoria da qualidade de vida da população. Os únicos índices de constatação da melhora das condições de saúde dos moradores ligados, direta e indiretamente, à hotelaria são relatos dos agentes de saúde e depoimentos emocionantes a respeito da questão. Declarações que não deixam dúvida sobre a pequena revolução que está acontecendo nas comunidades,

Dona Matilda, moradora de Mata de São João, resume a importância do conhecimento que adquiriu com sobrinho que é funcionário do SuperClubs,

“A doença chega na gente pelas nossas mãos. Muita coisa pode ser evitada... mas a gente não sabia, né?”

Todos os funcionários, que durante o treinamento receberam informações referidas anteriormente, afirmaram que repassam os conhecimentos para os familiares, amigos e vizinhos. As famílias, por sua vez, também orientam os vizinhos sobre a importância de alguns hábitos, como adquiri-los e as doenças que podem ser evitadas com alguns cuidados de higiene. Muitos declararam que são taxados de chatos e enjoados mas que não se importam, dizem que vão continuar ensinando e cobrando a mudança de hábitos.

Rosilaine, que tem dois filhos de 6 e 2 anos, é casada com Maurílio, que trabalhou no SuperClubs e hoje presta serviço ao Sofitel, esclarece a importância dos novos conhecimentos para a saúde e bem estar da família,

“O meu menino tinha sempre diarreia... num tava se desenvolvendo. Depois que meu marido foi trabalhar no hotel a gente passou a lavar as coisas melhor, ele comprou um filtro p’ra água ... ele aprendeu lá e explicou tudo pr’a mim. As coisas tão bem melhor agora.”

Esta é uma questão que merece ser mais bem investigada. Segundo Ana Lúcia Pegado, agente de saúde que trabalha na Vila Sauípe, o maior problema encontrado nas famílias que ela atende é a falta de cuidados básicos de higiene. Como são muito poucos os moradores da Vila que trabalham na hotelaria, nenhuma das famílias cadastradas por ela está ligada ao Complexo. No entanto Ana Lúcia confirma que, de acordo com suas colegas de profissão, o comportamento muda depois que um dos membros recebe treinamento, principalmente aqueles que exercem funções na área de alimentos e bebidas. A família passa a ter mais cuidado e o primeiro reflexo é na saúde das crianças: diminuem os casos de vômito e diarreia e de verminose.

Em diversas casas visitadas durante esta pesquisa, foram observados os cuidados com as panelas e potes d’água, sempre cobertos com panos limpos. Em três casas sem banheiro, cada uma com uma média entre 10 e 15 pessoas, os moradores passaram a enterrar as fezes e a ferver a água de beber, bem como lavar as frutas e verduras antes do consumo.

Hábitos que, sem dúvida, melhoraram a qualidade de vida de todos os membros da família.

6. IMPACTOS SOCIAIS

Esta pesquisa constatou a influência causada da implantação do Complexo Costa do Sauípe nas comunidades de entorno. Com o objetivo de deixar claro os impactos positivos e negativos detectados durante a pesquisa, o assunto será tratado em tópicos.

6.1 Impactos Sociais Positivos

Saúde: Os treinamentos oferecidos pelo Instituto de Hospitalidade, Sebrae, Senac e através dos Recursos Humanos dos próprios hotéis surtiram grande efeito junto aos funcionários e aos seus familiares e amigos próximos. Estas pessoas passaram obter informações até então distantes de suas realidades, já que a grande maioria tem baixa escolaridade e dificuldades de acesso aos meios de informação e a atendimento médico. Informações básicas de higiene e saúde foram adquiridas e repassadas às pessoas de convívio próximo, o que representou um aumento na qualidade de vida dos envolvidos. Providencias simples, mas que significam muito para a saúde, passaram a ser tomadas. Como, por exemplo, lavar as mãos após o uso do sanitário, lavar e desinfetar, armazenar corretamente e verificar o prazo de validade dos alimentos, ingerir somente água filtrada ou fervida.

Educação: Ações afirmativas, no sentido de melhorar o sistema de educação regional, bem como facilitar o acesso da população à escola também podem ser consideradas uma conquista. Um bom exemplo é o fato de a Escola Estadual Alaor Coutinho, inaugurada há nove anos na Praia do Forte, ter passado a oferecer, no ano de 2000, o ensino básico. O Alaor Coutinho é a única escola com ensino básico na região de entorno.

Os cursos de eletricitista oferecido pela Escola de Produção, criada pelo Instituto de Hospitalidade, com apoio da Fundação Banco do Brasil, Sauípe S.A e Fundação Odebrecht, localizada na Vila Sauípe, também tem grande significado para aqueles moradores que ainda não conseguiram se inserir no mercado de trabalho ligado ao turismo.

O desejo de voltar a estudar, detectado na grande maioria dos funcionários e moradores ouvidos, pode ser considerado um grande benefício. Pois a questão da educação, que até o funcionamento do Complexo era considerada sem importância, passou a ser um objeto de desejo dos moradores, inclusive daqueles que estão trabalhando em algum dos

empreendimentos da Costa do Sauípe. Este desejo é latente tanto nos jovens quanto na população mais madura. Todos têm a consciência de que só conseguirão se inserir no mercado de trabalho voltado para o turismo e/ou ascender socialmente, se obterem pelo menos o ensino fundamental.

O Programa de Ensino Supletivo (PROES) desenvolvido na Praia do Forte pela Fundação Garcia D'Ávila, que teve a criação motivada pela implantação da Costa do Sauípe, bem como a criação do projeto Meninos do Porto, em Porto de Sauípe, também podem ser considerados benefícios resultantes da chegada do Complexo.

Desenvolvimento Local: A valorização do artesanato local, através da agregação de valores, significou muito para as comunidades locais. Muitas famílias tiveram os seus rendimentos aumentados devido à especialização da produção.

A mobilização social possibilitou a estruturação e criação associações de moradores, das artesãs e dos agricultores, além de cooperativas para desenvolver as atividades como agricultura e artesanato. Um fato relevante para o desenvolvimento local, já que os moradores estão se organizando para promover o desenvolvimento e reivindicar os seus direitos.

Algumas localidades, como a Vila de Santo Antonio e parte da Vila Sauípe, foram beneficiadas com abastecimento de água e energia elétrica. O saneamento básico levado a Vila Sauípe e parte de Porto Sauípe é também um impacto positivo.

6.2 Impactos Sociais Negativos

Imigração: O impacto provocado pelo grande contingente de trabalhadores que migraram para a região para trabalhar na obra talvez tenha sido o mais negativo. E as conseqüências disso foram muito grandes na Praia do Forte, o ponto de encontro da região, que teve os seus problemas sociais agravados.

Custo de Vida. Os preços praticados pelos comerciantes da Praia do Forte foram elevados devido ao aumento do número de visitantes depois da inauguração da Costa do Sauípe, fato que está refletindo no custo de vida da comunidade.

Porto de Sauípe, que pertence ao município de Entre Rios, também sofre com as consequências do processo migratório motivado pela construção do Complexo Costa do Sauípe. A localidade teve a sua população aumentada em cerca de quatro mil moradores. A explosão demográfica provocou danos aos meios social e ambiental: invasão de área de mangue, poluição, prostituição e disseminação e consumo de drogas.

Prostituição: O problema atingiu, principalmente, as comunidades da Praia do Forte e de Porto de Sauípe.

Na Praia do Forte, embora não existam registros oficiais, relatos orais de adolescentes e de moradores mostram que é preocupante o envolvimento sexual de jovens da comunidade com turistas.

Em Porto Sauípe a prostituição teve início durante as obras. Nesta época, junto com a primeira leva de mão-de-obra, chegaram cafetões e prostitutas de outras regiões, que instalaram na localidade duas boates e passaram a recrutar mulheres nativas. Atualmente, com o alto índice de desemprego e a falta de perspectivas de grande parte da população, a situação tem se agravado.

Consumo e tráfico de drogas. O problema foi detectado nas comunidades de Vila Sauípe, Praia do Forte e Porto de Sauípe. Nesta última, a questão é mais crítica. Segundo diversos depoimentos, são grandes a venda e consumo de cocaína e o crack já estaria sendo disseminado.

Meio Ambiente: A poluição do Rio Sauípe, causada pelas falhas no tratamento de esgoto, talvez seja a maior agressão ao meio ambiente. A estação de tratamento, destinada principalmente, a receber os dejetos do Complexo, foi construída num local em que existia um lago, próximo a vila residencial e ao leito do rio. A contaminação, negada pelos órgãos oficiais mas visível a olho nu, está trazendo sérios problemas de saúde para a comunidade e inibindo a pesca, fonte de subsistência de muitos nativos. A

rede de esgoto, criada devido à construção da Estação de Tratamento, ainda não foi estendida a toda comunidade. Um dos principais problemas é a falta de recursos financeiros, da maioria dos moradores, para fazer a ligação necessária dos banheiros até a caixa coletora da Embasa (Empresa Baiana de Saneamento). Além de que, algumas residências não possuem sequer banheiros, situação que degrada os manguezais e lençóis freáticos da região.

Os impactos sociais positivo e negativos podem ser melhor visualizados na tabela abaixo.

IMPACTOS SOCIAIS POSITIVOS	
SAÚDE	Multiplicação das informações obtidas nos cursos e treinamentos voltados para a hotelaria.
EDUCAÇÃO	O desejo de retomar os estudos, Curso de Ensino Básico na Escola Estadual Alaor Coutinho, Escola de Produção, Projeto Meninos do Porto, Programa de Ensino Supletivo (PROES).
DESENVOLVIMENTO LOCAL	Valorização do artesanato local, estruturação e criação de associações e cooperativas, abastecimento de água e energia elétrica em Vila de Santo Antonio e Vila Sauípe.
IMPACTOS SOCIAIS NEGATIVOS	
IMIGRAÇÃO	Elevado processo migratório para Praia do Forte e Porto de Sauípe.
CUSTO DE VIDA	A elevação dos preços praticados pelo comércio de Praia do Forte, motivado pelo aumento do número de visitantes.
PROSTITUIÇÃO	Envolvimento sexual de jovens da Praia do Forte com turistas; prostituição em Porto de Sauípe iniciada com a explosão demográfica provocada pelas obras de construção do Complexo.
	Disseminação do consumo e tráfico de drogas em

CONSUMO E TRÁFICO DE DROGAS	Vila Sauípe, Praia do Forte e Porto de Sauípe.
MEIO AMBIENTE	Poluição do Rio Sauípe, degradação de manguezais e contaminação de lençóis freáticos da região

CONCLUSÃO

O empreendimento Costa do Sauípe foi planejado para dar certo. Foi feito um grande investimento no planejamento e se objetivou preparar a comunidade para receber o Complexo. No entanto, durante a implantação os cuidados que estavam sendo tomados foram abandonados. Muitos dos problemas que estão ocorrendo hoje foram previstos no EIA/RIMA e a pesquisa do Instituto de Hospitalidade constatou a necessidade de se investir em educação. No entanto, mesmo cientes de que era necessário dar o mínimo de preparo aos moradores para que eles pudessem ser capacitados, não foram tomadas as providências necessárias para mudar o referido quadro.

Acreditamos que estas providências não foram tomadas devido a falta de entendimento e de parceria entre a prefeitura de Mata de São João, o governo do Estado da Bahia, os empresários do Complexo e os líderes comunitários. A importância desta parceria para o desenvolvimento sustentado da região está explicitada na questão da construção da estrada para ligar a Sede do município de Mata de São João à região litorânea. Se a estrada estivesse pronta, a comunidade teria mais acesso aos benefícios do turismo praticado no litoral.

Os problemas gerados pela falta de escola na região também seriam menores. Já que os empresários poderiam ser parceiros da prefeitura e do estado na construção e manutenção de uma escola de ensino básico e fundamental. Os maiores beneficiados desta ação seriam os empresários, que contariam com uma mão-de-obra mais qualificada nas comunidades locais.

A maximização dos benefícios e a redução dos problemas dependem do planejamento e desenvolvimento de ações feitas em parceria entre os setores público e privado e a comunidade. Estas ações seriam mais bem aplicadas se houvesse um instrumento confiável para orientá-las. Por isso, recomendamos outras iniciativas que resultem na criação de indicadores sociais que possam, dentro da realidade do nosso país, mensurar os impactos promovidos.

A utilização de indicadores sociais como ferramenta de avaliação evitaria os problemas detectados na Costa do Sauípe. Pois esta pesquisa mostra que as ações afirmativas devem ser planejadas e executadas paralelamente às diversas fases da implantação do equipamento turístico e devem ser acompanhadas e avaliadas periodicamente para que os resultados sejam positivos.

Projetos voltados para a educação, cultura e entretenimento dos adolescentes, que estão ociosos e sem perspectivas diante das transformações ocorridas, afastariam estes jovens da prostituição e das drogas. Com educação, o desemprego na região também seria reduzido e haveria uma melhora significativa na qualidade de vida da população e da mão-de-obra local. Como mostram os dados das auditorias realizadas nas pesquisas de satisfação do cliente do Praia do Forte Eco Resort, investir em educação, longe de ser filantropia, é um investimento lucrativo e deve ser uma estratégia de gestão.

O desenvolvimento social das comunidades do entorno do Complexo Costa do Sauípe depende de uma mudança na política de gestão dos resorts do empreendimento. É preciso que os empresários tenham consciência de seus papéis dentro do conceito de responsabilidade social.

O SuperClubs tem tentado cumprir o acordo com a prefeitura de Mata de São João no que tange a questão de mão-de-obra local priorizando contratação de moradores da região. Mas esse critério estimulou o processo migratório e muitos dos funcionários fixaram residência no município para serem contratados. Mesmo pagando salários bem mais baixos que os praticados pela hotelaria, o SuperClubs dá oportunidade de trabalho para jovens inexperientes e investe muito em treinamento. Em relação à comunidade, a postura deste empreendimento é de integração e de valorização da cultura local.

O Sofitel não prioriza a mão-de-obra local, os funcionários são selecionados e treinados dentro dos padrões internacionais da empresa. No que se refere à comunidade, só agora está iniciando uma aproximação.

O Marriot não mostra nenhum comprometimento com a comunidade local, quer seja na questão de contratação ou da valorização da cultura regional.

A postura destes empreendimentos precisa ser revista. Como foi analisado nesta pesquisa, a implantação de um empreendimento altera as características da comunidade, promove uma mudança no mercado de trabalho, e a população residente movimenta-se de acordo com ela. As novas estruturas comerciais e turísticas atraem novos moradores, que vêm em busca de oportunidade de trabalho, e cessa o êxodo da população nativa. Com o crescimento populacional, os problemas sociais tendem a crescer juntos. E se esses problemas não forem evitados e/ou solucionados há o risco de o tecido social necrosar. Se levar em conta que o perfil do turista mudou e que hoje o visitante que tem experiências interativas com a comunidade, a degradação social inibe o turismo, já que afasta os visitantes. Sendo assim, promover a equidade social é muito mais que uma questão de benevolência, é um investimento.

Para terminar, quanto a criação de indicadores para mensurar os impactos sociais de equipamentos turísticos, observa-se que um fator importante é buscar forma de mensurar a melhoria na qualidade de vida da população nas questões de educação e saúde e trabalho. Um bom começo seria a utilização de alguns indicadores do Índice de Desenvolvimento Humanos e aplicá-los de acordo com a realidade da região estudada.

Consideramos que um fenômeno que merece ser estudado com profundidade é a multiplicação das informações recebidas nos treinamentos oferecidos nos hotéis. Como a prefeitura não disponibilizou os dados necessários, não foi possível comparar, através de indicadores sociais, a melhoria da qualidade de vida dos moradores ligados, direta e indiretamente, ao Complexo. Mas depoimentos da comunidade e declarações de agentes de saúde não deixam dúvida de que este é um fato que merece destaque nas próximas iniciativas. Isso se justifica pela relevância desta questão na promoção da comunidade local, principalmente em regiões carentes e desassistidas, como a analisada nesta pesquisa.

Considerando o novo conceito de responsabilidade social, as empresas ainda estão engatinhando no Brasil. No que tange a indústria turística, espera-se que a atividade promova o bem estar comum, respeitando o meio-ambiente, gerando riquezas e equidade social. No caso da Costa dos Coqueiros está claro que os benefícios só serão alcançados pela população se houver investimento na educação. E a comunidade está consciente disso, uma vez que, depois da implantação do empreendimento Costa do

Sauípe, o desejo retomar os estudos faz parte do consciente coletivo. O que pode ser considerado um fenômeno, já que o estudo é pouco valorizado entre as populações mais carentes, principalmente naquelas localizadas distante dos grandes centros urbanos.

ANEXO I – PAUTA DE ENTREVISTAS

As entrevistas aos 178 funcionários ouvidos seguiram a seguinte pauta:	Nas entrevistas aos 32 adolescentes ouvidos foi utilizada a seguinte pauta:	Pauta utilizada nas entrevistas aos membros da comunidade:
<ol style="list-style-type: none"> 1.Nome 2.Idade 3.Em que hotel você trabalha? 4.Quanto tempo você trabalha no hotel? 5.Quanto tempo mora na comunidade 6.Qual a sua função? 7.Você tinha alguma profissão antes desta ? 8.Você foi treinado aqui? 9.Gostaria de voltar estudar? 10. Depois deste emprego a sua vida mudou, como? 11. E a vida da sua família ? 12. Você está satisfeito com o seu trabalho? 13. Têm parentes trabalhando na empresa? 14. Gostou do treinamento? 15. Você repassa em casa as informações recebidas durante o treinamento (explicar quais as informações : higiene, manipulação de alimentos, saúde, tc.) 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Nome 2. Idade 3. Estuda ou não?(desde quando, qual o grau de instrução) 4. Pratica outra atividade? (cursos, atividades lúdicas) 5. Trabalha ou já trabalhou ? 6. A sua perspectiva de emprego melhorou com a implantação do hotel? 7. Pretende trabalhar na hotelaria? 8. O que você esta aprendendo com a convivência com os turistas ? 9. Qual o seu sonho? 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Alguém da sua família trabalha no hotel? (Quantos) 2. Quantos membros têm a família ? 3. Há quanto tempo mora na comunidade ? 4. Sua vida, depois da implantação do hotel? P’ra melhor ou pior? 5. Qual a renda per capita da família? 6. Estuda ou não (qual a escolaridade) 7. Deseja voltar a estudar ?Porque?

ANEXO II

Convênio de Cooperação que celebram entre si a Prefeitura Municipal de
Mata de São João e a Construtora Norberto Odebrecht S.A e a
Correspondente Lei de Regulamentação nº 119, de 21 de Agosto de 2000
(O documento pode ser consultado na cópia deste trabalho que está
disponível na biblioteca da Fundação Getúlio Vargas / RJ)

ANEXO III

Texto literal do e-mail enviado pela Construtora Norberto Odebrecht em resposta à solicitação dos documentos referentes ao licenciamento da obra do Complexo Costa do Sauípe.

(O documento pode ser consultado na cópia deste trabalho que está disponível na biblioteca da Fundação Getúlio Vargas / RJ)

ANEXO IV

Licença Ambiental para operação do Complexo Turístico Costa do Sauípe
concedida pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente – CEPRAM à
Construtora Norberto Odebrecht, expedida em 19 de Janeiro de 2001.

(O documento pode ser consultado na cópia deste trabalho que está
disponível na biblioteca da Fundação Getúlio Vargas / RJ)

ANEXO V

Cópias de parte dos relatórios das auditorias das pesquisas de satisfação dos
hóspedes do Praia do Forte Eco Resort

(O documento pode ser consultado na cópia deste trabalho que está
disponível na biblioteca da Fundação Getúlio Vargas / RJ)

BIBLIOGRAFIA

- AGENDA 21**, (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento- Rio de Janeiro , 3-14 de junho de 1992). São Paulo : Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo,1997.
- BARIOULET**, Hervé & **VELLAS**, François. Checklist for Tourist Projects based on Indicators of Sustainable Tourism. Groupe Développement, 2000
- BRANDÃO**, Carlos Rodrigues. Pesquisa Participante. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.
- BOFF**, Leonardo. Ecologia: grito da Terra, grito dos pobres. São Paulo: Ática, 1995
- COHEN**, Ernesto & **FRANCO**, Rolando. Avaliação de Projetos Sociais. 4º edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- COOPER**, Chris – Fletcher, John- Wanhill, Stephen- Gilbert, David- Shepherd, Rebecca. Turismo, Princípio e Prática. Porto Alegre: Bookman 2º edição, 2001.
- ECOPLAM**, Projeto Sauípe – Estudo de Impactos Ambientais/Relatório de Impacto no Meio Ambiente (EIA/RIMA). Salvador, 1995.
- FERNANDES**, Florestan. Comunidade e Sociedade. São Paulo: Companhia Editora Nacional/USP, 1973.
- GASTAL**, Susana (organizadora). Turismo investigação e crítica . São Paulo :Contexto, 2002.
- GARRIDO**, Inez, **MENDONÇA**, Érico & **VASCONCELOS**, Socorro. O Caso da Costa do Descobrimento/Bahia-Brasil. 2º edição. Salvador: Omar G., 2002.
- GEORGE**, Pierre. Sociedades em Mudança- Introdução a Uma Geografia Social do Mundo Moderno-. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

INFORME IBASE. Rio de Janeiro: Ibase, nº 23, Julho/Agosto 2002.

INSTITUTO DE HOSPITALIDADE. Programa Costa dos Coqueiros – Projeto Desenvolvimento Sustentado v. 2, 3 e 5. Salvador, 1999.

LAGE, Beatriz H. G. , Milone Paulo C. Turismo, Teoria e Prática-. São Paulo: Atlas , 2000

LEMOS, Amália Inês Geraiges de, Organizadora. São Paulo : Hucitec Ltda, 3ª edição. 2001.

LOPES, João Roberto, **LOUREIRO,** Carlos F.B & **WEID,** Nahyda Von der. Parceria, Compromisso e Risco. Democracia Viva. Rio de Janeiro, nº 9, p. 58-63, Novembro 2000/Fevereiro 2001.

LUZURIAGA, Lorenzo. Pedagogia sócia e política. São Paulo: Nacional, 1960

KLEINEKATHÖFER, Michael & **OLIVEIRA,** Rosalina (organizadores). A Construção de Indicadores Sociais: Desafio para Avaliação de Projetos de Desenvolvimento. Recife: Centro de estudos e Pesquisas Josué de Castro – CJC.

MONTEIRO, M.I. & **ZAGO,** A. S. Crimes ambientais. A nova Responsabilidade da empresa. Revista Direito Ambiental, v.12 ano 3 p.100, 1998.

PAIVA, Maria das Graças de Meneses. Sociologia do Turismo. Campinas: Papyrus, 6ª edição, 2001

PENNA, Carlos Gabaglia. O Estado do Planeta - Sociedade de Consumo e Degradação Ambiental. Rio de Janeiro: Record, 1999.

RAP – Revista de Administração Pública. O Capital Social e a Análise Institucional e de Políticas Públicas. FGV, v. 36, nº 3, Maio/Junho 2002.

RATTNER, H. Contabilização econômica do meio ambiente. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1992.

ROUSSEAU, Jean-Jaques. Do Contrato Social. São Paulo : Abril Cultural , 1978 (Coleção Os Pensadores).

_____. Emílio Ou da Educação. 2. ed. São Paulo: Difel, 1973.

THEOBALD, William f. (organizador) Turismo Global. São Paulo: Editora Senac, 1998.

THIOLLENT, Michel. Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária. São Paulo: Livraria e Editores polis Ltda., 1987.

VELLOSO, João Paulo dos Reis (coordenador)- Estratégia Social e Desenvolvimento- Forum Nacional : Como Evitar Uma Nova “Década Perdida” Rio de Janeiro : José Olimpo, 1992.

VIANA, Gilney – Silva, Marina – Diniz, Nilo- Organizadores. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

WHELDALL, Kevin- da Universidade de Birmingham , Inglaterra. Herriot, Peter- Organizador, da City University, Londres. Comportamento Social - Problemas Fundamentais e Importância Social - Curso Básico de Psicologia . Rio de Janeiro: Zahar editores, 1976.

YIN, R. K. Estudo de Caso: Planejamento e Método. 2ª ed.- Porto Alegre: Bookman, 2001.

Site - Balanço Social – www.balançosocial.org.br

____Banco Nacional de Desenvolvimento Social – www.bndes.gov.br

____Fundação Getúlio Vargas – www.fgv.org

____Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas _ www.ibase.br

____Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – www.ibge.gov.br

____Instituto de pesquisa Econômica Aplicada – www.ipea.gov.br

____Instituto Ethos – www.ethos.org

____Programa das nações Unidas para o Desenvolvimento_ www.undp.org.br

